

UASG 926639
Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas
Diretoria Administrativo-Financeira
Divisão de Suprimentos

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 4/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024

Objeto:	Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral
Valor Máximo Estimado:	R\$ 587.022,60 (quinhentos e oitenta e sete mil, vinte e dois reais e sessenta centavos)
Data da sessão pública:	30/04/2024, às 8 horas (horário de Brasília – DF)
Critério de julgamento:	Menor Preço Global (Valor Global Estimado com a incidência da Menor Taxa) – Lances pelo Valor Global
Modo de disputa:	Aberto – Ampla Participação
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Endereço eletrônico:	www.gov.br/compras
Esclarecimentos e Impugnações:	até 3 (três) dias úteis que antecederem a abertura da sessão pública

A Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas, por solicitação da Diretoria Administrativa e Financeira e em conformidade com a determinação do Sr. Diretor Presidente, por meio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 12/2024, de 9 de janeiro de 2024, torna público aos interessados que realizará Licitação definida e disciplinada por este Edital nº 4/2024, na modalidade Pregão Eletrônico nº 90003/2024 – Processo de Compra Digital nº 38/2024, para **Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral**, do tipo Menor Preço Global (Valor Global Estimado com a incidência da Menor Taxa) – Licitação com Ampla Participação, no dia trinta de abril de 2024, às 8 horas (horário de Brasília – DF), ou no mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data, através do endereço www.gov.br/compras.

1. DO SUPORTE LEGAL

1.1. Esta licitação é regida e regulamentada pelos seguintes dispositivos legais:

1. Constituição Federal;
2. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
3. Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD);
4. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e suas atualizações;

5. Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018 (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no âmbito do Poder Executivo Federal), e suas atualizações;
6. Lei Orgânica Municipal;
7. Portarias Fundhas nº 7/2024, de 9 de janeiro de 2024, e nº 19/2024, de 9 de fevereiro de 2024;
8. Demais disposições legais aplicáveis, inclusive subsidiariamente, aos princípios gerais de Direito.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente Edital, a Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral, conforme descrito no **Anexo I – Termo de Referência**.

Item	Cód. CATSER	Descrição	Qtde.	Unid.	Prêmio Unit. Máximo	Prêmio Total Máximo
1.	906	Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral, conforme Termo de Referência, pelo período de 12 meses (Cód. 41.1.2)	1	Sv	R\$ 587.022,60	R\$ 587.022,60

2.1.1. Planilha Quantitativa – taxa e valores máximos

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Taxa (%)	Prêmio Mensal	Prêmio – 12 Meses
1.	Funcionários Qtde.: 578 (grupo segurado) Capital segurado: R\$ 428.882,40	12	Sv	0,7736%	45.485,21	545.822,50
2.	Adolescentes a partir de 14 anos Qtde.: 3.574 (2.274 + previsão 1.300) Capital segurado: R\$ 3.000,00	12	Sv	0,1970	2.111,74	25.340,91
3.	Crianças até 13 anos Qtde.: 2.526 (2.026 + previsão 500) Capital segurado: R\$ 3.000,00	12	Sv	0,1744	1.321,60	15.859,24
Valores Totais Máximos:					R\$ 39.290,80	R\$ 587.022,60

2.2. A licitação será realizada em um único item.

2.3. Em caso de divergência entre as especificações do catálogo CATSER e as deste Edital, prevalecerão as constantes deste Edital.

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. Menor Preço Global (Valor Global Estimado com a incidência da Menor Taxa) – Lances pelo Valor Global

4. DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos do Orçamento 2024 (Recursos Próprios/Tesouro), dotações orçamentárias:

- a) 51.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.04.1100000, ficha 9, Centro de Custo 6073;
- b) 51.01.3.3.90.39.12.243.5001.2.502.04.1100000, ficha 22, Centro de Custo 2001;
- c) 51.01.3.3.90.39.12.243.5002.2.502.04.1100000, ficha 32, Centro de Custo 6068;
- d) 51.01.3.3.90.39.12.243.5003.2.502.04.1100000, ficha 39, Centro de Custo 5100;
- e) 51.01.3.3.90.39.12.243.5004.2.502.04.1100000, ficha 43, Centro de Custo 6073.

5. DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. O Edital da presente licitação poderá ser obtido pelo interessado via Internet, diretamente no Portal Nacional de Compras Públicas e no endereço eletrônico www.fundhas.org.br (Licitações) – onde haverá o direcionamento à respectiva página para download.

5.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

5.3. A Divisão de Suprimentos responderá aos pedidos de esclarecimentos e decidirá sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

5.4. A solicitação de esclarecimentos e a apresentação de impugnação contra o presente Edital deverão ser enviadas para o e-mail licitacoes@fundhas.org.br.

5.5. As respostas serão divulgadas nos sites www.gov.br/compras e www.fundhas.org.br, cabendo aos licitantes a obrigação de verificar os mesmos antes de apresentarem suas propostas.

5.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

5.7. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida nova data para a realização do certame.

5.8. Em caso de não solicitação pelas proponentes de esclarecimentos e informações ou de impugnação ao Edital, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos.

5.9. **Contato:** Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas, Divisão de Suprimentos – Setor de Licitações, situada na Rua Santarém, nº 560 – Bairro Parque Industrial, São José dos Campos – SP, CEP 12235-550, no horário compreendido entre 7h30 às 12h e das 13h30 às 17h, de 2ª a 6ª feira.

6. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal

(www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

6.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16, da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e atualizações.

6.6. Não poderão disputar esta licitação:

1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º, da Lei n.º 14.133, de 2021;
11. Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei n.º 14.133, de 2021 e aquelas estabelecidas neste Edital.
12. A empresa consorciada fica impedida de participar isoladamente desta licitação, assim como de integrar mais de um consórcio.
13. Deverá ser entregue junto com os documentos de habilitação, **item 13.** deste Edital:

- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação de cada consorciado;
 - b) documento com indicação da empresa que será responsável pelo consórcio – LÍDER, a qual deverá atender as condições de liderança fixadas neste edital e como representante e responsável por todas as comunicações e informações do Consórcio deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.
14. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do Contrato.
15. Caso seja exigida garantia da execução, poderá ser apresentada, em nome do consórcio, por qualquer uma das consorciadas.
16. Antes da celebração do Contrato, o licitante vencedor é obrigado a promover a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no **subitem 13.a)**, que deverá prever:
- a) Compromissos e obrigações das consorciadas, dentre os quais o compromisso de que cada consorciada responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordens fiscais, administrativas e contratuais pertinentes ao objeto da licitação;
 - b) Declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, ao eventual Contrato, até o final de sua execução;
 - c) Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa anuência do órgão ou entidade contratante, até a conclusão dos trabalhos ou fornecimento que vierem a ser contratados;
 - d) Compromisso de que o prazo de duração do consórcio deverá ser igual ou maior do que o prazo de vigência da contratação decorrentes desta licitação;
 - e) Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, bem como não terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;
 - f) Compromissos e a divisão do escopo no fornecimento para cada uma das consorciadas, individualmente, em relação ao objeto da licitação, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao fornecimento previsto.
17. Caso ocorra a substituição de consorciado, a mesma deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o Contrato.
- 6.7. O impedimento de que trata o **subitem 6.6.4.** também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 6.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **subitens 6.6.2. e 6.6.3.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do Contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 6.9. O disposto nos **subitens 6.6.2. e 6.6.3.** não impedem a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.11. A vedação de que trata o **subitem 6.6.8.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.12. Os interessados deverão participar do certame através da mesma pessoa jurídica que virá a executar o Contrato, ou seja, caso participe como matriz, deverá apresentar toda a documentação em nome da matriz, caso participe como filial, deverá fazê-lo em nome da filial.

1. Fica vedada a execução do Contrato por pessoa jurídica diversa daquelas originalmente participante do certame.

6.13. Fica autorizada a participação de empresas que se encontrem em recuperação judicial mediante a apresentação do Plano de Recuperação já homologado e em vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira.

6.14. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006 e atualizações, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus art. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. A falsidade da declaração descrita nos subitens 7.3., sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **subitem 7.9**, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. Valor unitário e total do item, **sendo o valor global com a incidência da taxa ofertada**, grafados em algarismos e em moeda corrente nacional, com 2 (duas) casas após a vírgula;

a. Deverá informado na proposta da licitante, a taxa em percentual, com 4 (quatro) casas após a vírgula, para todos os itens da planilha quantitativa.

8.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Anexo I – Termo de Referência**;

8.1.3. Condições de pagamento: o prazo para a entrega dos movimentos encerrar-se-á no 15 (décimo quinto) dia do mês subsequente à competência apurada. A CONTRATANTE enviará à CONTRATADA um relatório por meio eletrônico (planilha) com dados necessários para geração de uma prévia do faturamento, que deverá ser enviado pela CONTRATADA em até 3 (três) dias úteis à CONTRATANTE. Após conferência dos dados e aprovação dos valores enviados na prévia pela CONTRATANTE, a CONTRATADA providenciará a emissão da fatura. O pagamento será efetuado mensalmente em até 15 (quinze) dias, após a atestação da nota fiscal por parte da fiscalização dos serviços;

8.1.4. Dados bancários: nome do banco, agência e conta corrente, em nome da CONTRATADA, para que sejam efetuados os respectivos pagamentos;

8.1.5. Início dos serviços: após assinatura do respectivo Contrato, emitido pela CONTRATANTE;

8.1.6. Local de prestação dos serviços: Divisão de Recursos Humanos da Sede da Fundhas, situado na Rua Santarém, nº 560, bairro Parque Industrial, São José dos Campos, SP – CEP: 12235-550;

8.1.7. Vigência do Contrato: 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, na forma dos art. 105 a 107, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.8. Validade da proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sessão pública do Pregão;

8.1.9. Indicação do responsável pela assinatura do Contrato e do Termo de Ciência e de Notificação, nos termos das Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP, atualizada pela Resolução nº 23/2022: nome completo, cargo e nº do CPF.

a. Quando não pertencer ao quadro societário da empresa, deverá apresentar procuração pública ou particular, com poderes para assinatura de Contrato em nome da CONTRATADA.

8.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como, mas não limitados a tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

8.3. Os preços ofertados tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4. Os preços cotados deverão ser referidos à data limite de recebimento das propostas.

8.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.

8.6. É vedada a apresentação de proposta parcial para esta contratação, devendo a licitante contemplar todos os itens que a integram.

8.7. A CONTRATANTE não recolhe IR, PIS/PASEP, COFINS, INSS E CSLL.

8.8. A CONTRATANTE não realiza operações de crédito, câmbio e seguro.

8.9. O pagamento observará sempre o número de vidas cobertas para cada mês de vigência do Contrato, com direito a inclusões/exclusões.

8.10. A vigência de novas inclusões pode ocorrer dentro do mês vigente, com emissão da fatura de pagamento para o mês seguinte.

8.11. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente a entrega da relação atualizada, contendo os dados dos segurados (incluídos e excluídos), que será fornecida mensalmente pela CONTRATADA.

8.12. É vedada a inclusão no custo do seguro de despesas de corretagem, agenciamento ou pró-labore.

8.13. É vedada a subcontratação do objeto deste Edital.

9. DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, partir das 8h do dia 30/04/2024 (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras.

9.2. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

9.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global – correspondente à somatória dos itens da planilha quantitativa, com a incidência das taxas.**

9.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.9. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.10. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

9.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

9.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem legal de classificação.

4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará lances segundo a ordem crescente de valores.

10.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.16. Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.19. Caso o licitante não apresente lances concorrerá com o valor de sua proposta.

10.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
 - a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - b) empresas brasileiras;
 - c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.5. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

- 1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os pertinentes aos serviços ofertados, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.6. A proposta ajustada ao lance final deverá ser elaborada conforme modelo constante do **Anexo II – Modelo de Proposta Comercial**, deste Edital.

10.7. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.8. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de julgamento da proposta.

10.9. O critério de julgamento adotado será o de menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

11. DA FASE DE JULGAMENTO

11.1. Encerrada a negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei nº 14.133, de 2021 e na legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1. SICAF;
2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12, da Lei nº 8.429, de 1992.

11.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (art. 29, *caput*, IN nº 3, de 2018).

1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (art. 29, §1º, IN nº 3, de 2018).
2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (art. 29, §2º, IN nº 3, de 2018).
3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4. Constatado o atendimento às condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício.

11.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos art. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.7. Será desclassificada a proposta considerada vencedora que:

1. Contiver vícios insanáveis;
2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no **Anexo I – Termo de Referência**;
3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para contratação;
4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
 - a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.9. Não serão motivo de desclassificação, simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para esta Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes, podendo o Agente de Contratação sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

11.10. O Agente de Contratação não aceitará o item cujo preço unitário/total seja superior ao estimado para a contratação, constante do **Anexo I – Termo de Referência**.

11.11. O Agente de Contratação poderá utilizar-se de auxílio da área técnica requisitante para, baseado em parecer técnico motivado e conclusivo, julgar a proposta no que diz respeito às especificações técnicas definidas no Edital.

11.12. O Agente de Contratação poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, devendo o licitante atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

11.13. Se a proposta do primeiro licitante classificado da etapa competitiva de lances não for aceitável, o Agente de Contratação examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital.

11.14. Encerrado o julgamento das propostas, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, conforme **item 12**. deste Edital.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos no **Anexo I – Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos art. 62 a 70, da Lei nº 14.133, de 2021.

1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (art. 7º, *caput*, da IN nº 3, de 2018).

- a) A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (art. 7º, parágrafo único, da IN nº 3, de 2018).

12.2. Para fins de habilitação, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir:

Habilitação jurídica:

1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;
2. Ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, juntamente com todas as alterações ou consolidação das alterações, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;
3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - a) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

Regularidade fiscal e trabalhista:

5. Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
6. Comprovante de Inscrição no Cadastro de Contribuinte estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do presente Edital;
7. Certidão relativa à regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
8. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais, através de Certidão Conjunta emitida pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
9. Certidão relativa à regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade;
10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa;
 - a) Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

Qualificação Econômico-Financeira:

11. Certidão Negativa de Falências, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais, expedida pelo Distribuidor Judicial da Comarca onde se situa a pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data marcada para abertura dos envelopes, conforme art. 69, caput, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - a) A empresa que estiver em recuperação judicial ou extrajudicial (certidão positiva) deverá, juntamente com a certidão, apresentar o seu plano de recuperação judicial ou extrajudicial por meio de certidão de objeto e pé ou homologação judicial do plano, conforme o caso, nos termos dos art. 58 e 165, da Lei nº 11.101, de 2005, alterada pela Lei nº 14.112, de 2020;
 - b) No plano de recuperação deverá constar expressamente a previsão de participação da empresa em contratações públicas, bem como evidenciar que foi acolhido judicialmente, demonstrando claramente sua viabilidade econômica;

PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO:

12.3. No caso da participação de empresas na forma de consórcio, cada consorciada deve apresentar individualmente os documentos relacionados nos **subitens 12.2.1. a 12.2.11.**, acrescido a esses, o cumprimento das exigências requeridas nas alíneas “a” a “f” abaixo:

- a) Comprovação de compromisso público ou particular, de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas;
 - b) Indicação da empresa líder do consórcio;
 - c) Declaração, firmada por todas as consorciadas, de que estão cientes do impedimento de participação de empresas consorciadas na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente;
 - d) Compromisso de que, no caso de a proponente ser a vencedora, se obriga a promover, **antes da celebração do Contrato**, a constituição e registro de empresa de propósito específico que se sub-rogará, automaticamente em todos os direitos e obrigações do consórcio.
 - e) Declaração de que as empresas consorciadas serão responsáveis solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação como na de execução do Contrato.
 - f) Indicação do percentual de participação de cada uma das empresas no consórcio.
12. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser utilizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- a) Pessoa jurídica constituída há menos de 2 (dois) anos, o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício. (§6º do art. 69, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (§1º do art. 69, da Lei nº 14.133, de 2021).
13. Apresentação dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou maiores que 1 (= ou > 1), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, comprovando a boa situação financeira da empresa:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- a) Deverão ser apresentados os índices decorrentes dos Balanços Patrimoniais dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

Qualificação técnica:

14. Atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o licitante ter executado serviços de características semelhantes e compatíveis com o objeto do presente Edital, com quantitativos de no mínimo, 30% (trinta por cento) da quantidade total estimada de segurados, conforme descrito no item 9.1. do **Anexo I – Termo de Referência**, admitindo-se a somatória de atestados para a comprovação:

Quantidade total de segurados:	6.678
30%:	2.003

- a) O (s) Atestado (s) deve (m) ser emitido (s) em papel timbrado, datado (s) e assinado (s), com identificação do signatário, podendo ser utilizado o modelo constante no **Anexo VI** deste Edital;
- b) As informações contidas no (s) Atestados (s) estão sujeitas à verificação de sua autenticidade por parte da Administração.

15. Prova de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro de vida em grupo e/ou acidentes pessoais coletivos.

12.4. O licitante deverá ainda, apresentar DECLARAÇÃO conforme modelo constante do **Anexo III** deste Edital.

12.5. Será verificado também, se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.6. Para fins de habilitação, a verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

12.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º, da IN nº 3, de 2018).

12.8. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.9. O licitante provisoriamente vencedor em um item que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64, da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 39, §4º, da IN nº 73, de 2022):

1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.11. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no **subitem 12.7**.

12.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º, do Decreto nº 8.538, de 2015).

12.17. Os documentos solicitados para participação nesta licitação quando não encaminhados em seus originais poderão ser validamente apresentados, por meio de publicação realizada em órgão da imprensa oficial ou, ainda, por cópia simples quando a confirmação do seu teor puder ser feita pela Administração junto aos órgãos públicos emitentes, via “Internet”.

12.18. Não serão aceitos protocolos ou documentos com data de validade vencida. Quando não consignar o prazo de validade, será considerado válido o documento expedido com data não superior a 120 (cento e vinte) dias anteriores à data limite para o recebimento das propostas da presente licitação.

12.19. No caso de documentos produzidos em outro país, deverão ser autenticados pelo respectivo consulado e traduzidos para o português por tradutor juramentado.

12.20. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

1. Toda documentação do licitante deverá se referir ao número de CNPJ da pessoa jurídica que efetivamente irá fornecer o bem ou prestar os serviços, quer seja matriz, quer seja filial (art. 75, § 1º, da Lei nº 10.406, de 2002 – Código Civil Brasileiro).

12.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

12.22. Será admitida apenas 1 (um) licitante vencedor para o objeto.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.fundhas.org.br.

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.2. A adjudicação será feita pelo valor total do item ao licitante vencedor.

14.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A contratação do objeto desta licitação dar-se-á mediante assinatura de Contrato e do Termo de Ciência e de Notificação, nos termos dos **Anexos V e VI**, partes integrantes deste Edital.

15.2. O licitante considerado vencedor será convocado para, no prazo de 3 (três) dias úteis, assinar o Contrato e o Termo de Ciência e de Notificação, sob a pena de decair do direito de prestar os serviços, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4. A recusa injustificada do licitante em assinar o Contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, nos termos do art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5. Constatada a hipótese descrita no subitem anterior, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o Edital, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 90, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.6. A contratação dos demais convocados fica vinculada à análise da documentação de habilitação contida no **item 12.** deste Edital.

15.7. Quando da contratação, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de qualificação apresentadas no processo licitatório.

15.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, na forma dos art. 105 a 107, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.9 A prorrogação do Contrato está condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a CONTRATANTE mantém interesse na realização do serviço;
4. Haja manifestação expressa do CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

15.10. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

15.11. A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

15.12. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

15.13. O Contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DE EXECUÇÃO

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

17. DO REAJUSTE DO VALOR CONTRATUAL

17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data de apresentação da proposta/orçamento nesta licitação.

17.2. A CONTRATANTE concederá reajuste no preço à CONTRATADA, segundo inflação apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro valor menor de comum acordo entre as partes, para continuidade da prestação dos serviços, decorridos 12 (doze) meses da data-base vinculada à data de apresentação da proposta/orçamento nesta licitação, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

17.5. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

17.7. Caso haja reajuste, este será realizado por apostilamento.

17.8. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA devidamente instruídas e endereçadas à Gestão de Contratos. A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito ao reajuste dos preços do Contrato até 30 (trinta) dias antes de completar a anualidade prevista no **item 17.2**.

17.9. Caso a CONTRATADA não efetue de forma tempestiva o requerimento ao reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar.

18. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1. A CONTRATADA deverá proceder à prestação dos serviços objeto do presente Edital, após assinatura do Contrato, emitido pela Administração.

19. DOS PAGAMENTOS

19.1. O prazo para a entrega dos movimentos encerrar-se-á no 15 (décimo quinto) dia do mês subsequente à competência apurada. A CONTRATANTE enviará à CONTRATADA um relatório por meio eletrônico (planilha) com dados necessários para geração de uma prévia do faturamento, que deverá ser enviado pela CONTRATADA em até 3 (três) dias úteis à CONTRATANTE. Após conferência dos dados e aprovação dos valores enviados na prévia pela CONTRATANTE, a CONTRATADA providenciará a emissão da fatura. O pagamento será efetuado mensalmente em até 15 (quinze) dias, após a atestação da nota fiscal por parte da fiscalização dos serviços.

19.2. A liquidação dos valores correspondentes à prestação dos serviços será realizada através de depósito bancário, devendo ser informados o nome do banco, agência e conta corrente, em nome da CONTRATADA.

19.3. A entrega das notas fiscais/faturas à Administração correspondentes à prestação dos serviços não poderá exceder 2 (dois) dias úteis à sua emissão.

19.4. Caso haja emissão de nota fiscal eletrônica, o e-mail para cadastro no sistema é: almoxarifado@fundhas.org.br.

19.5. As empresas prestadoras de serviços inscritas no Cadastro de Contribuintes Mobiliários de São José dos Campos estão obrigadas, por ocasião da prestação de serviços, à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, a partir de 01/04/2016.

19.6. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas, CNPJ nº 57.522.468/0001-63.

19.7. A Administração se reserva o direito de descontar do pagamento, eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados com multas, danos, e prejuízos contra terceiros.

19.8. Em caso de erros ou omissões nas notas fiscais, o prazo estipulado no **item 19.1.** será contado a partir da data de sua reapresentação.

19.9. Aplica-se a contratação derivada da referida licitação o disposto na IN RFB nº 1.234, de 2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de Setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda – IR, por parte da Administração Pública Municipal.

19.10. A Fundhas não realiza operações de crédito, câmbio e seguro.

19.11. O pagamento observará sempre o número de vidas cobertas para cada mês de vigência do contrato, com direito a inclusões/exclusões.

19.12. A vigência de novas inclusões pode ocorrer dentro do mês vigente, com emissão da fatura de pagamento para o mês seguinte.

19.13. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente a entrega da relação atualizada, contendo os dados dos segurados (incluídos e excluídos), que será fornecida mensalmente pela CONTRATADA.

19.14. O pagamento da fatura deverá ocorrer através de transferência bancária, não será aceito pagamento por boleto.

20. DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

20.1. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.2. O fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da (s) entrega (s) do objeto, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (art. 117, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.3. O fiscal do Contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (art. 117, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.4. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do Contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE (art. 120, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.5. A fiscalização da fase de execução dos contratos celebrados nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, está disciplinada pela Portaria nº 7/2024 – Fundhas.

21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Licitante/CONTRATADA que:

- a) Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do Contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do Contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- 1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas *b, c, d, e, f e g* do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas *h, i, j, k e l* do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas *b, c, d, e, f e g*, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 4. Multa:
 - a) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - b) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do Contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - c) compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - d) compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto.

21.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137, I, da Lei nº 14.133, de 2021.

21.4. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.5. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE, a CONTRATADA, além da perda desse valor, terá a diferença descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, d da Lei nº 14.133, de 2021);
- 3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

21.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em Processo Administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
2. As peculiaridades do caso concreto;
3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. Os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e Contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.10. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

21.12. Os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, estão disciplinadas pela Portaria nº 19/2024 – Fundhas.

22. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

22.1. O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

1. O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferecer vantagem;
2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;
3. Caso a notificação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

22.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1. Nesta hipótese, aplicam-se também, as disposições dos art. 138 e 139 da mesma Lei.
2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA não ensejará rescisão

se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

- a) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

22.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido por:

1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
3. Indenizações e multas.

22.4. Constituirão motivos para extinção do Contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do Processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas correlatas ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que restrinja sua capacidade de concluir o Contrato;
4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da CONTRATADA;
5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato;
6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
8. Razões de interesse público, justificadas pela CONTRATANTE;
9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

23. DOS ANEXOS

23.1. Fazem parte deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes Anexos:

ANEXO I –	Termo de Referência
ANEXO II –	Proposta Comercial – Modelo
ANEXO III –	Declaração – Modelo
ANEXO IV –	Contrato – Minuta
ANEXO V –	Termo de Ciência e Notificação – Modelo
ANEXO VI –	Atestado de Capacidade Técnica – Modelo
ANEXO VII –	Estudo Técnico Preliminar (ETP)

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

24.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.9. Todas as informações adicionais com relação ao objeto deverão estar especificadas na proposta, de acordo com o art. 30, da Lei 8.078 de 11/09/1990 e suas alterações (Código de Defesa do Consumidor).

24.10. A Administração, responsável pelo presente Pregão, reserva-se o direito de:

1. Revogá-lo, no todo ou em parte, sempre que forem verificadas razões de interesse público decorrente de fato superveniente, ou anular o procedimento, quando constatada ilegalidade no seu processamento;
2. Alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de propostas, na forma da legislação, salvo quando a alteração não afetar a formulação das ofertas;
3. Adiar o recebimento das propostas, divulgando, mediante aviso público, a nova data.

24.11. O resultado do presente certame será divulgado no Portal Nacional de Compras Públicas, no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br – Caderno Executivo I) e no jornal Diário de Notícias.

24.12. As dúvidas surgidas na aplicação do presente Edital, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela Presidência da Administração.

24.13. Fica eleito o foro de São José dos Campos – SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões não resolvidas administrativamente e que não puderam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

São José dos Campos, 09 de abril de 2024.

George Lucas Zenha de Toledo,
Diretor Presidente

Processo de Compra Digital nº 38/2024 – Pregão Eletrônico nº 90003/2024

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

UASG: 926639

Órgão: Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas

Rua Santarém, nº 560 – Parque Industrial, São José dos Campos/SP – CEP 12235-550

1. OBJETO

1.1. Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição, bem como assistência funeral para os empregados e auxílio funeral para as crianças.

1.2. Os empregados e aprendizes da CONTRATANTE têm vínculos da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, as crianças, adolescentes e os atendidos da Instituição não têm vínculo empregatício.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação de seguro de vida faz parte da política de valorização das crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da CONTRATANTE, de modo a garantir que os seus beneficiários/familiares não fiquem desamparados no caso de ocorrência de eventuais sinistros, garantindo-lhes a tranquilidade necessária para a execução de suas atividades.

3. RESPONSABILIDADE

3.1. As propostas deverão obedecer às especificações deste Termo de Referência, bem como ao detalhamento dos serviços, sua frequência e periodicidade, deveres, disciplina e gestão da qualidade.

3.2. A atividade será administrada pela Divisão de Recursos Humanos - DRH, recebendo, acompanhando e/ou encaminhando e tramitando a documentação referente à Assistência Funeral, Auxílio Funeral e ao Sinistro.

4. DEFINIÇÕES

Apólice: documento que formaliza o contrato de seguro, estabelecendo os direitos e as obrigações da sociedade seguradora e do segurado, discriminando as garantias contratadas.

Assistência Funeral: será disponibilizado ao beneficiário/familiar do empregado, os serviços para a execução do funeral.

Auxílio Funeral: será concedido à família/responsável das crianças, igual ou menores de 13 (treze) anos.

Beneficiários: Pessoa física ou jurídica à qual é devida a indenização em caso de sinistro.

Capital segurado: pagamento a ser efetuado ao beneficiário, sob a forma de pagamento único ou de renda.

Certificado de seguro: documento que comprova a inclusão do segurado na apólice coletiva.

Estipulante: pessoa física ou jurídica que propõe a contratação do plano coletivo (Fundhas - CONTRATANTE), ficando investida de poderes de representação do segurado perante à sociedade seguradora.

Grupo segurável: é a totalidade das pessoas físicas vinculadas ao Estipulante que reúne as condições para inclusão na apólice coletiva.

Prêmio: é a prestação paga pelo segurado, para a contratação do seguro

Sinistro: ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro.

5. DA COBERTURA DO SEGURO E DO VALOR

5.1. Empregados - O capital será limitado a 20 (vinte) ou 40 (quarenta) vezes o salário.

5.1.1. Seguro de Vida / Invalidez

- Morte natural: 20 (vinte) vezes a remuneração;
- Morte acidental: adicional de 20 (vinte) vezes, totalizando 40 (quarenta) vezes a remuneração;
- Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente: adicional de 20 (vinte) vezes, totalizando 40 (quarenta) vezes a remuneração;
- Invalidez Funcional Permanente Total por Doença: 20 (vinte) vezes a remuneração.

5.1.2. Assistência Funeral para empregados - Valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

5.2. Criança, adolescentes, aprendizes ou outros atendidos geral

5.2.1. Indenização para adolescentes - idade igual ou maior de 14 (quatorze) anos:

- Morte natural: Valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- Morte acidental: Valor R\$ 6.000,00 (seis mil reais);
- Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente: Valor R\$ 6.000,00 (seis mil reais);
- Invalidez Funcional Permanente Total por Doença: Valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

5.2.2 Auxílio Funeral para as crianças - idade igual ou menor de 13 (treze) anos: no valor de 3.000,00 (três mil reais).

6. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Assistência funeral - Empregados

6.1.1. Os serviços compreendidos à Assistência Funeral, será realizado conforme às normas vigentes sobre a temática, estimado no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), tais como: urna, coroas de flores, ornamentação do caixão e preparação da sala do velório, preparação do corpo (vestir) etc., assim como definição do local do velório, cemitério e horário para sepultamento, e ainda traslado terrestre num raio de até 100 km, sepultamento, com a remoção e higienização do corpo, na residência, IML ou hospital, e também a orientação sobre o serviço de cartório e esclarecimento de dúvidas aos beneficiário(s)/familiar(es).

6.1.2. As famílias deverão comunicar o falecimento do segurado/empregado, à CONTRATADA após efetuar o registro de óbito que não deverá exceder o período de 24 (vinte e quatro) horas após o horário de falecimento para que este realize o contato com o Serviço Funerário. O comunicado à CONTRATADA, não isenta o declarante de comparecer à Funerária.

6.1.3. Não haverá reembolso, caso os beneficiários/familiares do empregado arquem com os custos do funeral e não utilizem os serviços disponibilizados pela Assistência Funeral.

6.1.4. A CONTRATADA deverá manter em seu sítio eletrônico a lista atualizada dos prestadores de serviço de sua rede referenciada por plano de seguro e dar ciência aos segurados em caso de alteração significativa da rede referenciada, inclusive com impacto na abrangência geográfica.

6.1.5. No caso de impossibilidade de prestação de serviço devido à abrangência geográfica para o serviço, o prestador deverá ressarcir o beneficiário do Segurado em até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos prováveis gastos com o funeral, que deverão ser devidamente comprovados, não havendo necessidade de ser em nome do beneficiário, desde que contenha o nome do Segurado nos documentos comprobatórios apresentados.

6.1.6. Para a Assistência Funeral o(s) beneficiário(s)/familiar(es) deverá(ão) enviar os documentos abaixo para a CONTRATADA, via e-mail, escaneados ou conforme definido entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA:

- A. Certidão de Óbito;
- B. Documento de identidade do segurado;
- C. Documento de identidade do beneficiário/familiar.

6.2. Para o Auxílio Funeral – Crianças (idade igual ou menor de 13 anos) o(s) familiar(es)/responsável(is) deverá(ão) enviar os documentos abaixo para a Divisão de Recursos Humanos, via email, escaneados:

- A. Certidão de Óbito;
- B. Documento de identidade do familiar/responsável;
- C. Conta corrente.

6.3. O pagamento do Auxílio Funeral será efetuado, em parcela única, em conta corrente, indicada pelo familiar/responsável.

6.4. O Seguro de Vida é tratado em cláusulas próprias.

7. DO INÍCIO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O prazo de vigência da APÓLICE será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, devendo vigorar a partir da assinatura do Contrato.

7.2. O prazo de vigência da autorização de fornecimento será de 12 (doze) meses, a contar de sua emissão.

8. REGIME DE CONTRATAÇÃO

8.1. O seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, objeto do presente termo, será contratado sob o regime de contratação coletiva empresarial, sob responsabilidade da Estipulante (Fundhas - CONTRATANTE).

8.2. A adesão será compulsória para as crianças, adolescentes e atendidos geral e facultativa para os empregados da CONTRATANTE, por meio de proposta de adesão, cujo índice atual de adesão é de 76,64% (setenta e seis por cento e sessenta e quatro).

8.3. O custeio do seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, para os empregados e adolescentes aprendizes será na modalidade de custeio contributivo, no valor de 80% (oitenta por cento) pelos empregados e aprendizes e 20% (vinte por cento) pela CONTRATANTE, e não contributivo para as crianças, adolescentes e atendidos geral, ou seja, o prêmio do seguro será pago neste último caso integralmente pelo Estipulante (Fundhas - CONTRATANTE).

9. GRUPO SEGURÁVEL

9.1. Para fins do objeto deste termo, o grupo segurável é composto de 6.678 (seis mil, seiscentos e setenta e oito) vidas no total, sendo 4.878 (quatro mil, oitocentos e setenta e oito) vidas, entre crianças, adolescentes e empregados da CONTRATANTE ativos, mais 1.800 (hum mil e oitocentas) vidas previstas, e servirá de base para o cálculo do valor do prêmio mensal unitário que deverá constar da proposta. As novas adesões a partir do novo contrato terão como limite a idade de 70 (setenta) anos, mantendo os atuais segurados que têm mais de 70 (setenta) anos de idade.

9.2. O número de vidas estipuladas no item 9.1 tem como referência o mês de julho de 2023 e previsões atuais, e ainda poderá sofrer variações durante a vigência do contrato, para mais ou para menos, devido às adesões, contratações e desligamentos que podem ocorrer a qualquer momento.

9.3. A quantidade de vidas informadas no item 9.1 está contemplando também os afastados e os aposentados por invalidez.

9.4. O quadro de pessoal, inciso 1, do item 9.5 possui 05 (cinco) trabalhadores distribuídos em função de risco, que faz jus à periculosidade, sendo que atualmente são: coordenador da área de elétrica, eletricitista e o auxiliar de manutenção que atua diretamente na área de elétrica.

9.5. O número de vidas segurável encontra-se demonstrado abaixo:

A - QUADRO DE EMPREGADOS/CRIANÇAS, ADOLESCENTES, APRENDIZES E ATENDIDOS	
TIPO	QUANTIDADES
1 - EMPREGADOS TOTAL	578
2 – CRIANÇAS (MENORES DE 14 ANOS)	2026
3 - ADOLESCENTES, APRENDIZES E ATENDIDOS ATUAIS (MAIORES DE 14 ANOS)	2274
4 - PREVISÃO ATENDIDOS (NOVA ADMISSÃO) AGENTE CIDADÃO + JARDIM SÃO JOSÉ :	-
4.1. Agentes Cidadãos - jovens de 16 a 19 anos	500
4.2. Jardim São José - crianças de 6 a 13 anos	500
4.3. Jardim São José - adolescentes de 14 a 15 anos	100
SUBTOTAL	1100
PROJETOS NOVOS:	-
5.1. Projetos Novos - maiores de 18 anos	700
SUBTOTAL	700
TOTAL GERAL - GRUPO SEGURÁVEL	6.678

Referência: julho/2023

B - QUANTIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR SEXO

Idade igual ou menor de 13 anos		Idade ou maior de 14 anos	
Sexo	Total	Sexo	Total
Feminino	1021	Feminino	1110
Masculino	1005	Masculino	1164
Total	2026	Total	2274

Referência: julho/2023

9.6. Para fins deste seguro, se considera como grupo segurável as pessoas com vínculo junto à CONTRATANTE.

9.7. O capital será limitado a 20 (vinte) ou 40 (quarenta) vezes o salário do empregado.

9.8. O segurado principal (empregado), poderá a qualquer tempo definir livremente os seus beneficiários, por escrito, através de preenchimento da proposta de adesão ou outro meio definido entre as partes;

9.9. Quando o segurado principal não indicar os beneficiários, a indenização será paga em conformidade com a legislação vigente à data do evento.

9.10. Deve constar na apólice que não haverá prazo de carência para pagamento das indenizações.

9.11. Para formalizar suas propostas, apresentamos relação com data de nascimento, sexo e salário dos empregados integrantes do grupo segurável (anexo 1).

10. CUSTO ATUAL

10.1. Custo, quantidades, capitais segurados e taxa atual:

Descrição	Quantidade	VALOR MENSAL (R\$)	Total Salários R\$	Capital Segurado Atual R\$	Taxa Anual %
Funcionários			2.939.800,75	58.796.015,00	0,2590
Igual ou maiores de 14 anos	4743	16.277,51	-	6.822.000,00	0,1017
igual ou menores de 13 anos			-	2.026.000,00	0,1744

Referência: julho/23

11. CAPITAL SEGUADO

11.1. O capital segurado individual poderá ser reajustado mediante solicitação do Estipulante (Fundhas – CONTRATANTE).

12. CARÊNCIA, EXAMES MÉDICOS E/OU DECLARAÇÃO DE SAÚDE

12.1. Não haverá prazo de carência, nem realização de exames médicos e/ou preenchimento de declaração de saúde, sob nenhuma forma, para a inclusão de segurados no plano de seguro contratado, assim como durante a vigência da apólice e do contrato.

12.2. A seguradora contratada aceitará, sem restrições, todos os segurados da apólice atualmente em vigor, acatando as transferências da apólice anterior para a que está sendo contratada.

12.3. Tabela de empregados e aprendizes afastados:

Nº	Dt. Nasc.	Idade	Data Início afastamento	Cid1	Benefício
1	04/08/1977	46	21/01/2023	I62.9 / I64	B31
2	19/06/1979	44	07/04/2023	M79.7 / R51	B31
3	07/02/1975	48	18/04/2023	F41.1 / F41.0	B31
4	04/09/1967	56	05/06/2023	M54.2 / M54.4	B31
5	12/07/1965	58	16/06/2023	F43.2	B31
6	25/12/1961	61	27/06/2023	M16	B31
7	15/08/2005	18	09/07/2023	S92.5	B31
8	18/11/1972	51	11/07/2023	F41.1 / F32.2	B31
9	29/07/1961	62	13/07/2023	M54.5 / M54.9	B31
10	11/07/1969	54	17/07/2023	F14.2	B31
11	09/04/1958	65	17/07/2023	S92.3	B31
12	28/03/1957	66	24/07/2023	M54.5	B31
13	04/05/2006	17	24/07/2023	S92.3	B31
14	30/08/2005	18	24/07/2023	R55	B31
15	12/11/1972	51	27/07/2023	F41.1 / F48.0	B31

Referência: julho/23

12.4. Aposentados por Invalidez

Nº	Data Nascimento	CID	Data Início do afastamento	Benefício
1	11/10/1978	F20.0	19/11/2018	B-31
2	09/11/1958	M06.8/M54.5	21/03/2018	B-31

3	09/08/1963	G35	04/10/2010	B-31
4	22/01/1959	D33	15/12/2008	B-31
5	13/04/1957	F33	08/10/2008	B-31

Referência: julho/23

13. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA: APÓLICE E CERTIFICADOS

13.1. A seguradora CONTRATADA deverá emitir a Apólice de Seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, a qual deverá constar os dados do estipulante e dos segurados, coberturas, valores contratados (capitais segurados), prazo de vigência e condições gerais.

13.1.1. A seguradora CONTRATADA fornecerá, podendo ser via online, ainda a cada segurado e ao estipulante um Certificado Individual no início de cada seguro e em cada uma das renovações subsequentes, contendo o número da apólice, os nomes do Estipulante e do segurado, as datas de início e término de vigência da cobertura e os capitais segurados relativos a cada cobertura contratada, quando solicitado pelo CONTRATANTE.

13.1.2. A apólice e os certificados individuais de seguros deverão estar disponíveis eletronicamente aos usuários, via login e senha, bem como o contato dos serviços funerários, no caso de empregados, para informar falecimento, 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias da semana, incluindo finais de semana e feriados.

14. SINISTRO (SEGURO DE VIDA)

14.1. Na ocorrência de sinistro, a CONTRATANTE deverá avisar imediatamente à seguradora, após o recebimento da certidão de óbito. A Seguradora deverá enviar a lista de documentos à CONTRATANTE que encaminhará ao beneficiário e/ou responsável para preencher o formulário de aviso de sinistro e apresentar a documentação solicitada, conforme definida nas condições gerais do seguro.

14.2. O prazo para liquidação dos sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, para todas as coberturas, contados a partir da entrega da documentação exigida, e deverá ser pago em parcela única.

14.3. O pagamento das indenizações e auxílio funeral ocorrerá no banco informado pelo beneficiário ou responsável.

14.4 A falta de pagamento da indenização no prazo previsto no item 14.2 implicará na aplicação de juros de mora a partir desta data, sem prejuízo de sua atualização, além da aplicação das sanções administrativas estipulados no contrato.

14.5. Nos últimos 05 (cinco) anos, de 2018 a 2022, houve 13 (treze) sinistros indenizados, sendo 10 (dez) por morte no valor de R\$ 890.720,84 (oitocentos e noventa mil, setecentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos) e 2 (dois) por invalidez parcial no valor de R\$22.390,63 (vinte e dois mil, trezentos e noventa reais e sessenta e três centavos).

14.6. Se a indenização for por invalidez parcial dos empregados, será permitida a continuidade do seguro, podendo cobrar a diferença de prêmio cabível, deduzindo do valor a ser indenizado.

14.7. Se a indenização for por invalidez total, o segurado deixará de fazer parte do grupo de segurados ou conforme legislação vigente. Se o motivo da indenização foi acidental, será pago de acordo com o grau de invalidez.

14.8. Os casos que foram indenizados não fazem parte do quadro de afastados e aposentadoria por invalidez, conforme quadro do item 12.3.

14.9. Quadro de datas de ocorrências, aviso de sinistro, tipo, valores

Nº	DATA DA OCORRÊNCIA/ D.O	DATA COMUNICADO SINISTRO	TIPO	VALOR SINISTRO
1	06/07/2018	24/07/2018	MORTE	R\$ 3.000,00
2	26/12/2018	30/01/2019	MORTE	R\$ 69.322,80
3	26/07/2018	04/10/2022	INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL POR ACIDENTE	R\$ 12.917,68
4	12/08/2020	11/09/2020	MORTE	R\$ 3.000,00
5	23/09/2020	14/10/2020	MORTE	R\$ 1.000,00
6	11/01/2021	21/01/2021	MORTE	R\$ 65.436,60
7	11/03/2021	23/03/2021	MORTE	R\$ 44.043,20
8	12/03/2021	30/03/2021	MORTE	R\$ 3.102,64
9	28/04/2021	03/05/2021	MORTE	R\$ 197.354,40
10	04/04/2021	12/04/2021	MORTE	R\$ 254.708,40
11	07/11/2021	07/11/202	INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL POR ACIDENTE	R\$ 9.472,95
12	08/04/2022	13/04/2022	MORTE	R\$ 200.697,40
13	12/06/2022	21/06/2022	MORTE	R\$ 49.055,40

14.10. Uma eventual recusa de sinistro, por eventos não previstos no edital, não será considerada como um descumprimento contratual, pois a cobertura securitária depende da análise das circunstâncias dos fatos, e da apresentação de documentos.

14.11. Deverão ser informados os procedimentos para comunicação, regulação e liquidação de sinistros, incluindo a listagem dos documentos básicos previstos a serem apresentados para cada cobertura, facultando-se às sociedades seguradoras, no caso de dúvida fundada e justificável, a solicitação de outros documentos.

15. DISTRIBUIÇÃO DE EXCEDENTE TÉCNICO

15.1. A presente cláusula estabelece as condições de distribuição dos resultados técnicos da apólice ao estipulante e/ou segurados do grupo.

15.2. A distribuição do excedente técnico deve ser realizada após o término de vigência anual da apólice, depois de pagas todas as faturas do período e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da última quitação, vedado qualquer adiantamento a título de resultados técnicos.

15.3. As apurações do resultado técnico serão atualizadas monetariamente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, desde o término de vigência anual da apólice até a data de distribuição do excedente técnico, destinando-se aos segurados e/ou estipulante um percentual do resultado apurado, não cabendo qualquer adiantamento neste período.

15.4. Serão distribuídos aos segurados e à CONTRATANTE, na proporção de suas respectivas contribuições, após o aniversário da apólice, 50% (cinquenta por cento) dos resultados técnicos de acordo com as normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, considerando-se o percentual de 20% (vinte por cento) para efeito das despesas administrativas.

15.5. A importância destinada aos segurados será entregue ao estipulante, contra recibo e mediante depósito bancário na conta do estipulante ou pagamento de cheque nominativo de emissão da seguradora, que efetuará o repasse do resultado aos segurados, proporcionalmente ao custeio do seguro.

15.6. A CONTRATADA deverá enviar a apuração anual do excedente técnico, no mês seguinte ao completar os 12 meses, quando o resultado for superavitário, o relatório com os valores para a CONTRATANTE efetuar a distribuição da participação dos empregados; bem como se for deficitário, enviar um relatório com a explicação dos cálculos, comprovando assim o não pagamento do excedente técnico.

16. DA PROPOSTA DE PREÇOS

16.1. Os preços propostos deverão estar de acordo com os praticados no mercado, e neles deverão estar inclusos todos os impostos, taxas, fretes, material, mão-de-obra, instalações e quaisquer outras despesas necessárias e não especificadas neste Termo de Referência, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta contratação.

17. DA FORMA DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 15 (quinze) dias, após a atestação da nota fiscal por parte da fiscalização dos serviços.

17.2. A CONTRATANTE não realiza operações de crédito, câmbio e seguro.

17.3. O pagamento observará sempre o número de vidas cobertas para cada mês de vigência do contrato, com direito a inclusões/exclusões.

17.4. A vigência de novas inclusões pode ocorrer dentro do mês vigente, com emissão da fatura de pagamento para o mês seguinte.

17.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente a entrega da relação atualizada, contendo os dados dos segurados (incluídos e excluídos), que será fornecida mensalmente pela CONTRATADA.

17.6. O pagamento da fatura deverá ocorrer através de transferência bancária, não será aceito pagamento por boleto.

18. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.1. A qualificação técnica será comprovada mediante:

- A. prova de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro de vida em grupo e/ou acidentes pessoais coletivos.

19. CONDIÇÕES GERAIS

19.1. São de inteira responsabilidade da seguradora CONTRATADA todas as despesas com a implantação do plano, tais como: criação de cadastro, confecção de impressos, fornecimento de apólices e certificados etc. por meio físico ou remoto.

19.2. As condições contratuais deverão apresentar glossário, em linguagem clara e de fácil entendimento, com a definição dos termos técnicos e estrangeirismos utilizados.

19.3. As condições contratuais deverão dispor de forma clara e objetiva sobre a caracterização dos eventos cobertos, sendo vedado o estabelecimento de requisitos de caracterização que, na prática, não possam ser satisfeitos.

19.4. As coberturas contratadas vigorarão imediatamente após a assinatura do contrato, devendo a seguradora CONTRATADA arcar com todos os sinistros ocorridos a partir desta data, exceto no caso de suicídio que terá 2 (dois) anos de carência, conforme Código Civil.

19.4.1. Para os segurados inscritos após o início de vigência do contrato, a cobertura terá início a partir de zero hora do dia de admissão destes no serviço contratado.

19.5. Os beneficiários do seguro serão aqueles indicados por cada segurado. Na falta de indicação, a indenização será paga de acordo com a legislação vigente.

19.5.1. Os beneficiários do seguro podem ser alterados a qualquer tempo pelo segurado empregado, mediante formulário próprio da seguradora, por intermédio do Estipulante.

19.6. As alterações, exclusões e novas inclusões de segurados serão enviadas pela CONTRATANTE por meio de planilha, conforme layout próprio da seguradora contratada ou, na falta deste, por simples comunicação da CONTRATANTE com as informações necessárias para identificação do segurado, via e-mail.

19.7. O prêmio e a indenização do Professor horista e o(a) Supervisor(a) de Estágio de Enfermagem, após a atribuição de aulas, que permanecerem em manutenção de vínculo, ou seja, com apenas com uma aula atribuída ou sem aula atribuída, serão calculados sobre a média da carga horária dos 12 (doze) meses antecedentes à manutenção do vínculo e/ou quando não tiverem aulas atribuídas.

19.8. As informações relativas ao plano de seguro contratado poderão ser fornecidas através de meio magnético ou outro meio, na conveniência das partes, com os dados indicados pela seguradora.

19.9. A seguradora CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE sobre a finalização de todos os sinistros, bem como o valor da indenização, inclusive aqueles solicitados diretamente pelo Segurado.

19.10. O custo anual deverá atender o grupo de segurados mencionados no item 1.1.

19.11. O prazo para a entrega dos movimentos encerrar-se-á no 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente à competência apurada. A contratante enviará à CONTRATADA um relatório (inclusão e exclusão) por meio

eletrônico (planilha) com dados necessários para geração de uma prévia do faturamento, que deverá ser enviado pela CONTRATADA em até 3 (três) dias úteis à CONTRATANTE. Após conferência da movimentação e aprovação dos valores enviados na prévia pela contratante, a contratada providenciará a emissão da fatura.

19.12. É vedada a inclusão no custo do segurado de despesas de corretagem, agenciamento ou pró-labore.

19.13. A CONTRATADA deverá incluir todos os impostos incidentes no preço final do serviço, conforme legislação vigente.

Anexo I

Relação dos Empregados do Grupo Segurável

Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário
1	31/07/1946	M	4957,24	39	05/01/1958	F	12234,48	77	29/07/1961	M	2099,04
2	31/03/1949	F	3966,17	40	20/03/1958	F	12407,14	78	07/08/1961	M	6273,94
3	28/07/1949	F	9171,47	41	09/04/1958	F	6129,88	79	10/08/1961	M	1858,58
4	04/01/1950	M	270,66	42	03/05/1958	F	4422,58	80	22/08/1961	M	14598,2
5	24/03/1951	M	9304,84	43	02/09/1958	M	4320,20	81	08/09/1961	F	5492,76
6	02/11/1951	M	3043,07	44	26/09/1958	M	12664,55	82	20/11/1961	M	1808,12
7	12/12/1951	M	4957,24	45	09/11/1958	F	4720,49	83	29/11/1961	F	2861,50
8	20/03/1952	F	5576,78	46	16/11/1958	M	2740,99	84	25/12/1961	M	8462,06
9	22/05/1952	F	7798,76	47	27/11/1958	M	13115,97	85	31/12/1961	M	8535,20
10	31/10/1952	M	2762,86	48	02/12/1958	F	5679,55	86	08/01/1962	F	3009,43
11	15/01/1953	F	3781,75	49	08/12/1958	F	2657,78	87	22/01/1962	F	9544,83
12	05/07/1953	M	6273,94	50	22/01/1959	F	919,78	88	26/01/1962	M	2099,04
13	30/04/1954	M	2109,70	51	12/03/1959	F	3815,24	89	26/04/1962	F	10776,65
14	31/08/1954	M	11127,14	52	21/03/1959	M	4433,13	90	27/04/1962	M	2085,94
15	24/10/1954	M	4488,69	53	29/03/1959	F	13715,73	91	17/05/1962	F	2408,77
16	25/12/1954	M	4507,56	54	04/04/1959	M	2073,52	92	23/05/1962	M	1345,97
17	16/03/1955	M	3043,07	55	25/07/1959	F	19393,13	93	03/06/1962	F	19393,13
18	23/05/1955	F	6349,64	56	28/07/1959	M	4270,40	94	09/07/1962	F	12232,28
19	25/05/1955	M	5207,37	57	29/08/1959	F	6701,63	95	23/07/1962	M	5528,46
20	23/06/1955	F	7630,94	58	14/12/1959	M	3043,07	96	06/09/1962	M	4621,24
21	25/06/1955	F	9544,83	59	26/01/1960	M	3317,22	97	04/10/1962	M	3043,07
22	27/09/1955	M	14590,22	60	24/02/1960	M	2106,87	98	14/11/1962	F	2884,00
23	27/11/1955	M	4957,24	61	11/03/1960	M	4448,94	99	17/12/1962	F	15160,78
24	10/12/1955	F	9544,83	62	16/03/1960	F	2408,77	100	12/02/1963	M	3281,49
25	24/02/1956	F	13309,77	63	10/07/1960	F	3481,44	101	21/03/1963	F	9544,83
26	07/05/1956	F	8535,20	64	21/08/1960	M	2327,53	102	11/07/1963	F	3354,03
27	26/08/1956	F	2466,12	65	10/09/1960	M	2686,03	103	21/07/1963	F	6129,88
28	09/10/1956	F	2408,77	66	16/09/1960	M	9171,47	104	25/07/1963	F	5492,76
29	13/10/1956	F	2447,00	67	04/10/1960	F	9171,47	105	09/08/1963	F	5195,56
30	31/12/1956	F	9235,90	68	25/10/1960	F	12320,79	106	29/08/1963	F	12072,44
31	15/01/1957	M	2740,99	69	23/11/1960	F	6079,47	107	31/08/1963	F	6129,88
32	01/02/1957	M	6080,04	70	21/01/1961	F	8535,20	108	14/09/1963	M	5257,55
33	28/03/1957	M	4298,37	71	15/03/1961	F	9544,79	109	12/10/1963	F	8535,20
34	13/04/1957	M	1574,79	72	21/04/1961	F	12322,99	110	19/10/1963	M	12383,28
35	11/07/1957	F	5107,42	73	11/05/1961	F	4012,49	111	24/10/1963	M	9171,47
36	21/07/1957	F	9781,58	74	19/05/1961	F	13813,08	112	18/11/1963	F	6079,48
37	31/07/1957	M	7718,88	75	21/05/1961	F	2847,31	113	22/12/1963	M	4855,71
38	06/08/1957	F	5107,42	76	25/06/1961	M	12816,86	114	13/01/1964	M	2599,62

Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário
115	17/01/1964	F	8608,34	153	12/07/1966	M	9881,31	191	07/06/1968	M	17169,58
116	05/02/1964	M	5950,26	154	18/07/1966	F	5300,5	192	08/06/1968	M	9941,08
117	21/05/1964	M	5843,24	155	22/08/1966	F	9625,32	193	28/06/1968	M	7665,32
118	12/07/1964	F	4469,14	156	04/09/1966	F	13813,08	194	10/07/1968	M	5753,71
119	12/08/1964	F	7630,94	157	04/10/1966	F	6709,76	195	12/07/1968	F	5684,32
120	01/09/1964	M	8016,61	158	19/10/1966	M	11063,44	196	02/09/1968	M	4679,13
121	18/09/1964	F	5446,93	159	27/11/1966	M	8385,29	197	03/09/1968	F	8462,06
122	03/10/1964	M	10446,23	160	01/12/1966	F	9380,61	198	08/09/1968	F	3440,33
123	27/10/1964	M	14200,01	161	03/12/1966	M	11861,28	199	08/10/1968	M	2847,31
124	10/11/1964	F	3276,94	162	03/01/1967	M	9496,68	200	10/10/1968	M	4339,52
125	21/12/1964	M	6273,94	163	07/01/1967	F	10565,39	201	07/11/1968	F	3728,27
126	06/01/1965	F	5251,93	164	15/01/1967	F	8758,26	202	29/11/1968	M	2740,99
127	21/01/1965	F	5446,94	165	06/02/1967	F	9457,03	203	04/12/1968	F	2691,76
128	25/01/1965	F	8608,34	166	17/02/1967	F	6129,88	204	19/12/1968	M	11120,00
129	07/02/1965	F	5396,45	167	28/03/1967	F	9590,25	205	19/01/1969	M	4141,78
130	16/03/1965	M	9078,01	168	30/03/1967	F	5667,94	206	29/01/1969	F	8608,34
131	17/03/1965	F	5258,88	169	13/05/1967	F	9544,79	207	16/02/1969	M	5301,81
132	06/04/1965	F	4744,99	170	30/05/1967	M	6349,64	208	09/03/1969	F	8608,3
133	14/05/1965	F	5492,76	171	15/06/1967	M	4775,24	209	05/04/1969	F	14619,34
134	27/05/1965	M	13740,12	172	07/07/1967	M	2359,49	210	07/04/1969	M	2447
135	30/06/1965	M	15469,94	173	16/07/1967	F	2191,56	211	10/04/1969	F	3410,87
136	07/07/1965	F	5255,63	174	04/09/1967	F	4704,76	212	18/04/1969	F	12648,07
137	12/07/1965	M	2473,66	175	02/10/1967	F	9625,25	213	22/04/1969	F	7163,04
138	17/09/1965	F	7557,75	176	05/10/1967	M	5403,96	214	26/04/1969	M	2473,66
139	04/10/1965	M	3847,85	177	18/10/1967	F	8535,20	215	03/05/1969	M	8168,74
140	16/10/1965	F	8535,20	178	12/11/1967	F	6442,96	216	11/05/1969	M	4182,81
141	21/10/1965	M	17393,69	179	30/11/1967	M	6273,94	217	11/05/1969	M	4957,24
142	27/11/1965	M	5301,81	180	24/01/1968	F	13813,08	218	31/05/1969	F	8535,20
143	19/12/1965	F	2575,52	181	09/02/1968	M	6681,97	219	01/06/1969	F	13813,08
144	08/01/1966	F	4957,24	182	10/02/1968	F	9544,79	220	23/06/1969	F	4743,70
145	18/01/1966	F	7278,66	183	18/02/1968	F	18901,59	221	04/07/1969	M	2393,95
146	22/01/1966	F	5300,5	184	21/02/1968	F	12495,90	222	11/07/1969	M	4133,96
147	26/01/1966	F	5538,59	185	25/02/1968	M	3225,75	223	10/09/1969	M	7612,94
148	12/02/1966	M	3043,07	186	05/03/1968	M	2191,87	224	11/09/1969	M	4320,20
149	15/03/1966	F	8535,20	187	25/03/1968	F	2847,31	225	12/09/1969	M	5107,42
150	29/05/1966	F	2447,00	188	05/04/1968	M	3847,85	226	30/09/1969	F	8029,07
151	01/06/1966	F	17381,18	189	15/04/1968	F	6079,48	227	07/12/1969	F	3979,76
152	19/06/1966	M	4656,64	190	03/05/1968	M	3718,26	228	10/12/1969	M	1557,4

Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário
229	15/12/1969	F	4182,81	267	24/06/1971	F	11046,75	305	23/10/1972	F	13813,08
230	28/01/1970	F	4221,91	268	30/06/1971	F	3071,92	306	12/11/1972	F	7564,41
231	22/02/1970	M	6816,41	269	14/07/1971	F	10775,33	307	12/11/1972	F	12959,87
232	05/03/1970	F	7447,23	270	07/08/1971	M	6799,83	308	18/11/1972	F	200,36
233	07/03/1970	F	12234,48	271	12/08/1971	M	639,86	309	28/11/1972	F	9544,79
234	15/03/1970	M	4677,97	272	09/09/1971	F	8168,74	310	02/04/1973	M	13740,12
235	20/03/1970	M	2493,18	273	09/09/1971	F	3276,94	311	20/04/1973	M	3728,27
236	21/03/1970	F	2408,77	274	19/09/1971	F	2191,56	312	16/05/1973	M	4855,71
237	25/03/1970	M	3979,76	275	20/09/1971	F	3852,45	313	17/05/1973	F	8608,34
238	07/04/1970	F	13813,08	276	01/10/1971	M	7586,68	314	26/06/1973	F	8707,86
239	17/04/1970	F	8608,34	277	02/10/1971	F	8681,49	315	09/07/1973	F	2191,56
240	28/04/1970	F	3736,09	278	25/10/1971	F	6709,76	316	26/07/1973	M	5258,88
241	28/04/1970	F	8535,20	279	18/11/1971	F	12353,53	317	05/08/1973	F	1768,00
242	05/05/1970	F	5258,88	280	24/11/1971	F	9625,25	318	19/09/1973	M	9171,47
243	12/05/1970	F	4186,55	281	15/12/1971	F	7447,23	319	20/09/1973	M	6273,94
244	21/05/1970	M	6273,94	282	20/12/1971	F	8535,20	320	25/09/1973	F	15903,27
245	30/06/1970	F	14211,20	283	22/01/1972	F	8521,48	321	04/10/1973	F	12234,48
246	07/07/1970	F	4186,55	284	27/01/1972	F	7817,29	322	12/11/1973	M	3573,72
247	16/08/1970	M	16252,85	285	09/02/1972	F	7395,63	323	25/11/1973	F	20431,19
248	22/08/1970	F	5300,50	286	11/02/1972	F	8535,20	324	03/12/1973	M	4221,91
249	01/09/1970	M	13813,08	287	24/02/1972	F	9544,79	325	07/01/1974	F	7630,94
250	23/09/1970	F	11710,31	288	02/03/1972	F	443,44	326	12/01/1974	M	7689,90
251	06/10/1970	M	5257,55	289	27/03/1972	M	3407,38	327	15/03/1974	M	5258,88
252	15/10/1970	M	5092,02	290	02/04/1972	F	8166,29	328	19/03/1974	F	5257,55
253	15/10/1970	F	6079,48	291	03/04/1972	F	10169,52	329	20/03/1974	F	4664,52
254	09/11/1970	F	6079,47	292	07/04/1972	F	12234,48	330	27/03/1974	F	2698,92
255	09/12/1970	M	16197,55	293	02/05/1972	M	5257,55	331	12/04/1974	F	6079,47
256	15/12/1970	F	2191,56	294	07/05/1972	F	7447,23	332	09/05/1974	F	13564,33
257	03/01/1971	F	12898,04	295	28/06/1972	F	7651,94	333	12/05/1974	F	11703,33
258	17/02/1971	F	4744,99	296	04/07/1972	F	9544,83	334	18/05/1974	M	3383,39
259	04/03/1971	F	12409,29	297	05/07/1972	F	8606,17	335	03/06/1974	F	12234,48
260	05/03/1971	F	7748,14	298	17/07/1972	M	2719,11	336	14/06/1974	F	13813,08
261	06/03/1971	F	8535,20	299	17/07/1972	M	7718,88	337	25/07/1974	F	5492,76
262	06/06/1971	F	4055,06	300	27/07/1972	F	7765,46	338	11/08/1974	M	5370,89
263	07/06/1971	F	5981,89	301	15/08/1972	M	8535,20	339	21/08/1974	M	3728,27
264	08/06/1971	M	4469,14	302	27/08/1972	F	5920,83	340	09/09/1974	M	10839,52
265	09/06/1971	F	12279,90	303	06/09/1972	F	9625,25	341	03/10/1974	M	4012,61
266	15/06/1971	M	4718,21	304	15/10/1972	M	7533,12	342	22/10/1974	F	8608,34

Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário
343	29/10/1974	F	7058,77	381	12/07/1976	M	5257,55	419	14/06/1978	F	9200,03
344	03/11/1974	F	4433,01	382	16/07/1976	F	4223,12	420	28/07/1978	F	3099,06
345	10/11/1974	F	6079,48	383	22/07/1976	F	7447,23	421	20/08/1978	M	4223,12
346	12/11/1974	F	7447,23	384	02/10/1976	F	8521,48	422	25/08/1978	M	4318,02
347	24/11/1974	M	6349,64	385	31/10/1976	F	5401,12	423	31/08/1978	F	9171,47
348	06/12/1974	M	12621,65	386	16/11/1976	F	3071,92	424	15/09/1978	M	4546,76
349	11/12/1974	M	9410,26	387	06/12/1976	F	11046,75	425	11/10/1978	M	1608,81
350	08/01/1975	F	7764,52	388	15/12/1976	M	4621,24	426	19/10/1978	M	2028,91
351	13/01/1975	F	5490,30	389	20/12/1976	F	4704,77	427	28/10/1978	F	9544,83
352	25/01/1975	M	5576,78	390	30/12/1976	F	4721,33	428	20/11/1978	M	3728,27
353	03/02/1975	F	13338,33	391	07/01/1977	F	5257,55	429	26/11/1978	F	4744,99
354	07/02/1975	F	3403,06	392	06/03/1977	F	7819,96	430	04/12/1978	F	8740,26
355	07/04/1975	M	8333,34	393	12/03/1977	F	6079,48	431	05/12/1978	F	1588,98
356	14/05/1975	F	9625,25	394	13/03/1977	F	7447,23	432	04/02/1979	F	5492,76
357	15/05/1975	M	4318,02	395	29/04/1977	M	4141,78	433	10/02/1979	F	3979,76
358	16/05/1975	F	10565,39	396	10/05/1977	F	6167,05	434	11/02/1979	F	5934,92
359	20/05/1975	M	18613,47	397	18/05/1977	F	6273,94	435	26/03/1979	M	8611,49
360	10/06/1975	M	4744,99	398	19/05/1977	M	1961,69	436	19/06/1979	F	4335,10
361	13/08/1975	F	11188,36	399	12/06/1977	F	7447,23	437	30/07/1979	F	10989,55
362	16/08/1975	F	7564,45	400	07/07/1977	F	8783,67	438	13/08/1979	M	4469,14
363	29/09/1975	F	5207,37	401	18/07/1977	F	7630,94	439	05/09/1979	F	7652,06
364	19/10/1975	F	8451,46	402	02/08/1977	F	8462,06	440	21/10/1979	F	5492,76
365	21/10/1975	F	2208,94	403	04/08/1977	F	8608,34	441	02/11/1979	M	9171,47
366	29/12/1975	F	11703,33	404	19/08/1977	F	8753,56	442	06/11/1979	M	7447,23
367	31/12/1975	F	11703,33	405	16/09/1977	F	11046,75	443	12/12/1979	F	8535,20
368	02/01/1976	F	5684,32	406	10/10/1977	F	9114,02	444	12/12/1979	F	5521,72
369	12/01/1976	F	8527,64	407	01/12/1977	F	2847,31	445	25/12/1979	F	5258,88
370	20/01/1976	F	10306,85	408	04/01/1978	F	7630,94	446	31/01/1980	F	3403,06
371	23/01/1976	F	2847,31	409	10/01/1978	F	8535,20	447	12/02/1980	F	9412,46
372	17/02/1976	F	3037,34	410	10/02/1978	F	2847,31	448	13/02/1980	M	4186,55
373	24/03/1976	F	11710,34	411	24/02/1978	F	18495,31	449	14/02/1980	F	3979,75
374	12/04/1976	F	6649,31	412	07/03/1978	M	4862,71	450	09/03/1980	M	6603,42
375	06/05/1976	F	3403,06	413	20/03/1978	M	2085,94	451	04/04/1980	F	8535,20
376	26/05/1976	F	8608,34	414	11/04/1978	F	5207,37	452	06/04/1980	F	7246,64
377	01/06/1976	F	7935,96	415	20/04/1978	F	3946,92	453	21/04/1980	M	6332,81
378	03/06/1976	F	6349,64	416	13/05/1978	M	2719,11	454	05/05/1980	M	11063,44
379	09/06/1976	F	3410,87	417	20/05/1978	F	3788,16	455	09/05/1980	F	8535,20
380	04/07/1976	F	3492,46	418	21/05/1978	F	3296,27	456	10/06/1980	F	5934,92

Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário	Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário
457	24/06/1980	F	6709,76	495	14/04/1982	M	8521,48	533	30/05/1985	F	2698,92
458	03/07/1980	F	9544,83	496	17/04/1982	M	5257,55	534	05/07/1985	F	2847,31
459	07/07/1980	M	3728,27	497	22/05/1982	F	4957,24	535	20/07/1985	F	2847,31
460	17/07/1980	F	8864,06	498	28/05/1982	M	10261,80	536	20/11/1985	F	2847,31
461	11/12/1980	F	5492,76	499	12/06/1982	M	4744,99	537	06/01/1986	M	3071,92
462	18/12/1980	F	7447,23	500	12/07/1982	F	7447,23	538	01/03/1986	M	3728,27
463	24/12/1980	F	8608,34	501	12/07/1982	M	7307,56	539	01/03/1986	F	3801,77
464	04/01/1981	M	7245,13	502	18/08/1982	M	4133,96	540	20/04/1986	M	3276,10
465	06/01/1981	F	4815,48	503	24/08/1982	M	4783,94	541	20/04/1986	F	6709,76
466	27/02/1981	M	4677,97	504	02/09/1982	F	8462,06	542	02/05/1986	F	3736,09
467	03/03/1981	F	8608,34	505	06/09/1982	F	7447,23	543	18/06/1986	F	6649,31
468	06/03/1981	M	7763,23	506	04/11/1982	M	3728,27	544	19/12/1986	F	4153,52
469	06/03/1981	F	8608,34	507	12/12/1982	F	12252,93	545	26/05/1987	F	4141,78
470	16/03/1981	F	2847,31	508	20/02/1983	M	4205,41	546	10/08/1987	F	7447,23
471	24/03/1981	F	4783,94	509	05/04/1983	M	2847,31	547	20/08/1987	F	7447,23
472	13/04/1981	F	6709,76	510	09/05/1983	F	7447,23	548	19/12/1987	F	1131,28
473	04/06/1981	F	5257,55	511	22/05/1983	F	7447,23	549	29/12/1987	F	2847,31
474	23/06/1981	M	11346,94	512	26/05/1983	F	7512,02	550	25/01/1989	M	6948,73
475	31/07/1981	F	229,54	513	24/06/1983	F	2024,80	551	08/02/1989	F	6273,94
476	25/08/1981	F	5164,19	514	09/07/1983	F	4880,43	552	10/02/1989	F	4546,76
477	14/09/1981	F	4186,55	515	16/07/1983	M	4133,96	553	05/03/1989	F	2847,31
478	27/09/1981	F	4205,41	516	28/07/1983	F	9171,47	554	20/07/1989	F	2847,31
479	06/10/1981	M	6197,10	517	05/08/1983	F	6709,76	555	09/08/1989	F	3071,92
480	02/11/1981	F	4744,99	518	16/09/1983	F	4717,00	556	04/11/1989	F	2847,31
481	09/11/1981	F	8535,20	519	06/10/1983	F	3410,87	557	07/12/1989	M	14739,67
482	09/11/1981	M	4743,70	520	25/11/1983	M	3728,27	558	29/01/1990	F	3403,06
483	25/11/1981	F	6709,76	521	28/11/1983	M	4223,12	559	11/08/1990	F	2847,31
484	29/12/1981	F	5258,88	522	20/12/1983	M	7513,72	560	16/11/1990	F	6781,81
485	09/01/1982	M	8501,66	523	29/03/1984	F	2847,31	561	03/12/1990	F	2847,31
486	11/01/1982	F	3979,76	524	25/06/1984	M	8452,79	562	19/04/1991	M	9171,47
487	22/01/1982	F	8535,20	525	27/06/1984	M	8141,89	563	19/11/1991	M	6273,94
488	28/01/1982	M	2632,49	526	28/06/1984	F	2847,31	564	24/02/1992	F	2847,31
489	08/02/1982	F	7447,23	527	25/08/1984	F	518,71	565	01/08/1992	F	2847,31
490	07/03/1982	F	5401,12	528	06/09/1984	F	1385,98	566	29/09/1992	F	2847,31
491	09/03/1982	F	3276,94	529	15/09/1984	M	3736,09	567	19/07/1993	F	2847,31
492	18/03/1982	F	4223,12	530	22/01/1985	F	8264,19	568	21/10/1994	F	2847,31
493	21/03/1982	F	11063,44	531	29/03/1985	F	7447,23	569	05/06/1995	F	2847,31
494	07/04/1982	M	4679,13	532	08/04/1985	M	3728,27	570	18/08/1996	F	2847,31

Qtd	D.Nasc.	Sexo	Salário
571	08/04/1997	F	2847,31
572	07/05/1997	M	2847,31
573	19/09/1997	F	2847,31
574	29/07/1998	M	2847,31
575	21/09/1999	M	2847,31
576	24/08/2000	F	2847,31
577	01/09/2000	F	2847,31
578	21/09/2000	F	2847,31

Legenda: M = masculino

F = feminino

Processo de Compra Digital nº 38/2024 – Pregão Eletrônico nº 90003/2024

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Para elaboração da proposta, observar as condições do item 9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

À

Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas
Rua Santarém, nº 560 – Bairro Parque Industrial
São José dos Campos – SP

Processo de Compra Digital nº 38/2024

Pregão Eletrônico nº 90003/2024

Objeto: Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral

Prezados Senhores,

Após analisarmos minuciosamente, o Edital de Licitação nº 4/2024, referente à presente licitação, e tomarmos conhecimento de todas as suas condições, propomos fornecer, sob nossa integral responsabilidade, o objeto deste Pregão, conforme a seguir discriminado:

Razão Social da Proponente:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço (rua, nº, bairro, cidade, estado, CEP):

Telefone:

E-mail:

Banco, Agência e Conta Corrente nº:

1. Dos Valores:

Item	Cód. CATSER	Descrição	Qtde.	Unid.	Prêmio Unit. 12 meses	Prêmio Total 12 Meses
1.	906	Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral, conforme Termo de Referência, pelo período de 12 meses (Cód. 41.1.2)	1	Sv	R\$ _____	R\$ _____

1.1. Planilha Quantitativa

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Taxa (%)	Prêmio Mensal	Prêmio – 12 Meses
1.	Funcionários Qtde.: 578 (grupo segurado) Capital segurado: R\$ 428.882,40	12	Sv	_____	R\$ _____	R\$ _____
2.	Adolescentes a partir de 14 anos Qtde.: 3.574 (2.274 + previsão 1.300) Capital segurado: R\$ 3.000,00	12	Sv	_____	R\$ _____	R\$ _____
3.	Crianças até 13 anos Qtde.: 2.526 (2.026 + previsão 500) Capital segurado: R\$ 3.000,00	12	Sv	_____	R\$ _____	R\$ _____
Valores Totais:					R\$ _____	R\$ _____

- *Informar: Valores unitários e totais dos serviços, grafados em algarismos e moeda corrente nacional, **com 2 (duas) casas após a vírgula**, e percentual das taxas, **com 4 (quatro) casas após a vírgula**.*

- Descrição detalhada do objeto:** _____ (contendo as informações similares à especificação do Anexo I – Termo de Referência);
 - Prazo de execução:** conforme descrito no Anexo I – Termo de Referência;
 - Condições de pagamento:** O prazo para a entrega dos movimentos encerrar-se-á no 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente à competência apurada. A CONTRATANTE enviará à CONTRATADA um relatório por meio eletrônico (planilha) com dados necessários para geração de uma prévia do faturamento, que deverá ser enviado pela CONTRATADA em até 3 (três) dias úteis à CONTRATANTE. Após conferência dos dados e aprovação dos valores enviados na prévia pela CONTRATANTE, a CONTRATADA providenciará a emissão da fatura. O pagamento será efetuado mensalmente em até 15 (quinze) dias, após a atestação da nota fiscal por parte da fiscalização dos serviços;
 - Início dos serviços:** após assinatura do respectivo Contrato, emitido pela CONTRATANTE;
 - Local para prestação do serviço:** Divisão de Recursos Humanos da Sede da Fundhas, situado na Rua Santarém, nº 560, bairro Parque Industrial, São José dos Campos, SP – CEP: 12235-550;
 - Vigência do Contrato:** 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, na forma dos art. 105 a 107, da Lei nº 14.133, de 2021;
 - Validade da proposta:** mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do Pregão;
 - Indicação do responsável pela assinatura do Contrato e do Termo de Ciência e de Notificação, nos termos das Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP, atualizada pela Resolução nº 23/2022: nome completo, cargo e nº do CPF: _____.
- a) Quando não pertencer ao quadro societário da empresa, deverá apresentar procuração pública ou particular, com poderes para assinatura de Contrato em nome da CONTRATADA.

Processo de Compra Digital nº 38/2024 – Pregão Eletrônico nº 90003/2024

ANEXO III – DECLARAÇÃO – MODELO

À

Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas
Rua Santarém, nº 560 – Bairro Parque Industrial
São José dos Campos – SP

Processo de Compra Digital nº 38/2024

Pregão Eletrônico nº 90003/2024

Objeto: Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral

Em cumprimento às determinações da Lei Federal nº 14.133, de 2021, **DECLARAMOS**, para fins de participação no Pregão Eletrônico acima, que:

1. Nossa empresa não está impedida de contratar com a esfera de governo municipal;
2. Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
3. Não existe fato impeditivo à nossa habilitação;
4. Não possuímos em nosso quadro de pessoal, menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
5. Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV e do art. 1º, e no inciso III do art. 5º, da Constituição Federal;
6. Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social, e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;
7. Estamos em dia com todas as determinações trabalhistas e demais legislações aplicáveis;
8. Estamos ciente e concordamos com todas as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
9. Estamos cientes de que não poderemos, na constância da relação contratual que venha a firmar com a Prefeitura, vir a contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, de quaisquer pessoas ocupantes dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e de Vereadores;
10. Estamos cientes de que devemos seguir os padrões de segurança adequados ao uso de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
11. Estamos cientes de que, conforme aplicável, devemos utilizar ações que fomentem o desenvolvimento de tecnologias para a reciclagem, nos termos da Lei Municipal nº 10.713, de 2023.

Por ser a expressão da verdade, eu, _____(nome)_____, representante legal desta empresa, firmo a presente.

_____(local e data)_____

_____(assinatura autorizada)_____

_____(nome e cargo do signatário)_____

_____(nome e CNPJ da Empresa)_____

** O licitante deverá apresentar declaração conforme modelo constante deste anexo, em papel timbrado e assinado por sócio, proprietário ou procurador da empresa.*

Processo de Compra Digital nº 38/2024 – Pregão Eletrônico nº 90003/2024

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2024

Contratantes: Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas e a empresa _____

Objeto: Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral

Vigência: 12 (doze) meses

Valor: R\$ ____ (_____)

Dotações Orçamentárias: 51.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.04.1100000, ficha 9, Centro de Custo 6073; 51.01.3.3.90.39.12.243.5001.2.502.04.1100000, ficha 22, Centro de Custo 2001; 51.01.3.3.90.39.12.243.5002.2.502.04.1100000, ficha 32, Centro de Custo 6068; 51.01.3.3.90.39.12.243.5003.2.502.04.1100000, ficha 39, Centro de Custo 5100 e 51.01.3.3.90.39.12.243.5004.2.502.04.1100000, ficha 43, Centro de Custo 6073.

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90003/2024 – Processo de Compra Digital nº 38/2024

DAS PARTES

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado a **Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas**, pessoa jurídica de direito privado, criada na conformidade das disposições contidas na Lei Municipal nº 6428, de 20/11/2003, sediada na Rua Santarém, nº 560, bairro Parque Industrial, na cidade de São José dos Campos, estado de São Paulo, CEP 12235-550, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.522.468/0001-63, neste ato representado por seu **Diretor Presidente, Sr. George Lucas Zenha de Toledo**, nomeado pelo Decreto Municipal nº 19.220, de 3 de janeiro de 2023, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, sediada na _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, CEP _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu/sua _____ (sócio, diretor etc) _____ Sr./Sra. _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, a vista do resultado do procedimento licitatório expresso no Pregão Eletrônico nº 90003/2024 – Processo de Compra Digital nº 38/2024, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, celebram entre si o Contrato de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Contrato o seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos seguintes quantitativos:

Item	Cód. CATSER	Descrição	Qtde.	Unid.	Prêmio Unit. 12 meses	Prêmio Total 12 Meses
1.	906	Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral, conforme Termo de Referência, pelo período de 12 meses (Cód. 41.1.2)	1	Sv	R\$ _____	R\$ _____

1.1.1. Planilha Quantitativa

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Taxa (%)	Prêmio Mensal	Prêmio – 12 Meses
1.	Funcionários Qtde.: 578 (grupo segurado) Capital segurado: R\$ 428.882,40	12	Sv	_____	R\$ _____	R\$ _____
2.	Adolescentes a partir de 14 anos Qtde.: 3.574 (2.274 + previsão 1.300) Capital segurado: R\$ 3.000,00	12	Sv	_____	R\$ _____	R\$ _____
3.	Crianças até 13 anos Qtde.: 2.526 (2.026 + previsão 500) Capital segurado: R\$ 3.000,00	12	Sv	_____	R\$ _____	R\$ _____
Valores Totais:					R\$ _____	R\$ _____

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o Termo de Referência, o Edital da Licitação, a proposta da CONTRATADA e eventuais anexos dos documentos citados.

CLÁUSULA 2ª – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, na forma dos art. 105 a 107, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a CONTRATANTE mantém interesse na realização do serviço;
4. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O Contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA 3ª – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 3.2. A CONTRATADA deverá proceder à execução dos serviços do objeto contratado, por sua conta e risco, nas condições ofertadas, após assinatura do presente instrumento.
- 3.3. A CONTRATADA se obriga à execução integral dos serviços objeto deste Contrato, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, seja por erro seja por omissão.

CLÁUSULA 4ª – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA 5ª – DOS VALORES

- 5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos do Orçamento 2024 (Recursos Próprios/Tesouro), dotações orçamentárias:

- a) 51.01.3.3.90.39.12.243.5000.2.502.04.1100000, ficha 9, Centro de Custo 6073;
- b) 51.01.3.3.90.39.12.243.5001.2.502.04.1100000, ficha 22, Centro de Custo 2001;
- c) 51.01.3.3.90.39.12.243.5002.2.502.04.1100000, ficha 32, Centro de Custo 6068;
- d) 51.01.3.3.90.39.12.243.5003.2.502.04.1100000, ficha 39, Centro de Custo 5100;
- e) 51.01.3.3.90.39.12.243.5004.2.502.04.1100000, ficha 43, Centro de Custo 6073.

- 5.2. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução total dos serviços objeto deste Contrato, o valor de R\$ _____ (_____).

- 5.3. Os pagamentos referentes à execução dos O prazo para a entrega dos movimentos encerrar-se-á no 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente à competência apurada. A CONTRATANTE enviará à CONTRATADA um relatório por meio eletrônico (planilha) com dados necessários para geração de uma prévia do faturamento, que deverá ser enviado pela CONTRATADA em até 3 (três) dias úteis à CONTRATANTE. Após conferência dos dados e aprovação dos valores enviados na prévia pela CONTRATANTE, a CONTRATADA providenciará a emissão da fatura. O pagamento será efetuado mensalmente em até 15 (quinze) dias, após a atestação da nota fiscal por parte da fiscalização dos serviços.

5.4. A liquidação dos valores correspondentes a execução dos serviços será realizada através de depósito no Banco _____, Agência _____, C/C _____, em nome da CONTRATADA.

5.5. A entrega das notas fiscais/faturas à CONTRATANTE, correspondentes à execução dos serviços não poderá exceder 2 (dois) dias úteis à sua emissão.

5.6. Caso seja emitido Nota Fiscal Eletrônica o e-mail para cadastro no sistema é: almoxarifado@fundhas.org.br.

5.7. As empresas prestadoras de serviços inscritas no Cadastro de Contribuintes Mobiliários de São José dos Campos estão obrigadas, por ocasião da prestação de serviços, à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, a partir de 01/04/2016.

5.8. A CONTRATANTE se reserva o direito de descontar do pagamento, eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados com multas, danos, e prejuízos contra terceiros.

5.9. Em caso de erros ou omissões nas notas fiscais, o prazo estipulado no **subitem 5.3.** será contado a partir da data de sua reapresentação.

5.10. Os preços deverão incluir todos os custos e despesas tais como, mas não limitados a tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.11. Aplica-se a contratação derivada da referida licitação o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e suas alterações ou outra norma que vier a substituí-la, conforme disciplinado pelo Decreto Municipal nº 19.417, de 26 de setembro de 2023, que regulamenta a retenção na fonte do Imposto de Renda – IR, por parte da Administração Pública Municipal.

5.12. A CONTRATANTE não realiza operações de crédito, câmbio e seguro.

5.13. O pagamento observará sempre o número de vidas cobertas para cada mês de vigência do contrato, com direito a inclusões/exclusões.

5.14. A vigência de novas inclusões pode ocorrer dentro do mês vigente, com emissão da fatura de pagamento para o mês seguinte.

5.15. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente a entrega da relação atualizada, contendo os dados dos segurados (incluídos e excluídos), que será fornecida mensalmente pela CONTRATADA.

CLÁUSULA 6ª – DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de apresentação da proposta/orçamento na licitação.

6.2. A CONTRATANTE concederá reajuste no preço à CONTRATADA, segundo inflação apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro valor menor de comum acordo entre as partes, para continuidade da prestação dos serviços, decorridos 12 (doze) meses da data-base vinculada à data do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

6.5. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

6.7. Caso haja reajuste, este será realizado por apostilamento.

6.8. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA devidamente instruídas e endereçadas à Gestão de Contratos da CONTRATANTE. A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito ao reajuste dos preços do Contrato até 30 (trinta) dias antes de completar a anualidade prevista no **subitem 6.2**.

6.9. Caso a CONTRATADA não efetue de forma tempestiva o requerimento ao reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar.

CLÁUSULA 7ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1. Manter preposto aceito pela CONTRATANTE no local do serviço para representá-lo na execução do Contrato;
2. A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pela CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade;
3. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;
5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
7. Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar à Gestão de Contratos, até o dia trinta do mês seguinte ao da execução dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

10. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;
12. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;
14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
15. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
17. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação;
18. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

CLÁUSULA 8ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV, da Lei nº 14.133, de 2021):

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este Contrato e seus anexos;
2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
3. Comunicar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
4. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
 - a) O Fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - b) O Fiscal do Contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (art. 117, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - c) Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
 - d) Para fins deste item, também se compreende como obrigação da CONTRATADA liberar a parcela incontroversa no prazo previsto para o pagamento no caso de controvérsia sobre a

execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme art. 143, da Lei nº 14.133, de 2021.

5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
6. Aplicar à CONTRATADA, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
7. Cientificar a Diretoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de Processo Administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
10. Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pela CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.3. A fiscalização da fase de execução dos contratos celebrados nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, está disciplinada pela Portaria nº 7/2024 – Fundhas.

CLÁUSULA 9ª – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

9.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos art. 7º e/ou 11 da Lei Federal nº 13.709, de 2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
2. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do Contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Eventualmente, as partes podem ajustar que a CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste Contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
4. Os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação com a CONTRATANTE;
5. Encerrada a vigência do Contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

9.2. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

9.3. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente Contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

9.4. A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

9.5. A CONTRATADA deverá informar imediatamente a CONTRATANTE quando receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas da CONTRATANTE ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709, de 2018, e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

9.6. O preposto da CONTRATADA manterá contato formal com o preposto da CONTRATANTE, no prazo de até vinte e quatro horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

9.7. A critério do preposto da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste Contrato, no tocante a dados pessoais.

9.8. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste Contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

CLÁUSULA 10ª – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA 11 – DO RECEBIMENTO

11.1. O recebimento será provisório para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação do Termo de Referência e, definitivo, após a verificação do conteúdo deste instrumento e proposta da CONTRATADA, e consequente aceitação.

11.2. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto e estar em conformidade com os termos da Portaria CAT-162, de 29/12/2008, devidamente atualizada, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, se o caso.

1. O não atendimento da prescrição acima sujeita a CONTRATADA à recusa do recebimento do serviço, bem como às demais sanções legais e contratuais cabíveis.

11.3. O recebimento provisório será feito mediante a execução do objeto, conforme constar do Contrato.

11.4. O recebimento definitivo será realizado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data do recebimento provisório, se não houver, antes disso, qualquer comunicado por parte da CONTRATANTE.

1. Antes do término do prazo estabelecido, ocorrendo reprovação na conferência, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, estipulando prazo máximo para realização das correções necessárias na execução do objeto.

11.5. Não será aceito serviço com preço divergente do constante no Contrato e proposta vencedora.

11.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e garantia do objeto.

CLÁUSULA 12 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Licitante/Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do Contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do Contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas *b, c, d, e, f e g* do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas *h, i, j, k e l* do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas *b, c, d, e, f e g*, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
4. Multa:
 - a) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - b) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do Contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - c) compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - d) compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137, I, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE, a CONTRATADA, além da perda desse valor, terá a diferença descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021);
3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em Processo Administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
2. As peculiaridades do caso concreto;
3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. Os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e Contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.12. Os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, estão disciplinadas pela Portaria nº 19/2024 – Fundhas.

CLÁUSULA 13 – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

13.1. O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

4. O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferecer vantagem;
5. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a

notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;

6. Caso a notificação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

3. Nesta hipótese, aplicam-se também, as disposições dos art. 138 e 139 da mesma Lei.
4. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

- b) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido por:

4. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
5. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
6. Indenizações e multas.

13.4. Constituirão motivos para extinção do Contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do Processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

10. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas correlatas ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
11. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
12. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que restrinja sua capacidade de concluir o Contrato;
13. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da CONTRATADA;
14. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato;
15. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
16. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
17. Razões de interesse público, justificadas pela CONTRATANTE;
18. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

CLÁUSULA 14 – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, DE 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos Contratos estabelecidos pelo Código Civil.

CLÁUSULA 15 – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de Termo Aditivo, submetido à prévia aprovação da Diretoria Jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do Aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Os registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo, na forma do art. 136, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 16 – DO FORO COMPETENTE

16.1. Fica eleito o Foro de São José dos Campos – SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do presente Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E por estarem assim, justos e acertados, assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor, para que as Cláusulas aqui avençadas produzam seus efeitos jurídicos e legais.

São José dos Campos, ____ de _____ de 2024.

George Lucas Zenha de Toledo
Diretor Presidente
Fundação Hélio Augusto de Souza – Fundhas
CONTRATANTE

XXXXXXX
XXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

(Anexar cópia do TR, proposta da CONTRATADA e demais documentos pertinentes)

Processo de Compra Digital nº 38/2024 – Pregão Eletrônico nº 90003/2024

ANEXO V – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO – MODELO

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Fundação Hélio Augusto de Souza

CONTRATADA: _____

CONTRATO Nº: ____/2024

OBJETO: Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para as crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição (apólice básica no ramo de seguro de vida em grupo), bem como assistência funeral e auxílio funeral

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São José dos Campos, _____ de _____ de 2024.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE, RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME, RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O AJUSTE E ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL(IS) QUE ASSINOU(ARAM) O AJUSTE – PELA CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Processo de Compra Digital nº 38/2024 – Pregão Eletrônico nº 90003/2024

ANEXO VI – ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA – MODELO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O _____ (empresa/órgão emissor) _____, de acordo com o requerido pela empresa _____ (razão social) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, situada na Rua/Av. _____, nº _____, bairro _____, cidade _____, estado de _____, ATESTA para fins de apresentação em licitações de órgãos públicos, que a empresa acima mencionada forneceu _____, através do Contrato / Ata de Registro de Preços, no período de ____/____/____ a ____/____/____, não havendo até o presente momento que desabone sua conduta comercial.

Declaramos igualmente, que o serviço fornecido atendeu às exigências de qualidade, periodicidade e prazos pré-estabelecidos.

Contrato nº: _____

Processo nº: _____

Item	Descrição detalhada do serviço	Unidade
1.	xxxxx	xxxx

Quantidades e Valores do Contrato:

Quantidade			Valor		
Quantidade total contratada	Quantidade total executada	Saldo	Valor total contratado	Valor total executado	Saldo
xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx

Local e data

Assinatura

Identificação e cargo do signatário

(em papel timbrado da empresa/órgão emissor)

Processo de Compra Digital nº 38/2024 – Pregão Eletrônico nº 90003/2024

ANEXO VII – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de Estudo Técnico Preliminar para a primeira etapa do planejamento da contratação visando instruir o processo para a elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico.

2. INFORMAÇÕES DO PROCESSO

SD N.º:	59
Diretoria e Divisão/Setor Demandantes:	Diretoria Administrativa e Financeira - Divisão de Recursos Humanos - Coordenação de Benefícios
Responsável pela Demanda:	Agnylze Márcia Maia
Diretoria(s) envolvida(s):	<div><input type="checkbox"/> Presidência</div> <div><input checked="" type="checkbox"/> Diretoria Administrativo-Financeira</div> <div><input type="checkbox"/> Diretoria Jurídica</div> <div><input type="checkbox"/> Diretoria Especializada em Criança e Adolescente - DECA</div> <div><input type="checkbox"/> CEPHAS</div> <div><input type="checkbox"/> Outras unidades administrativas: _____</div>
Objeto:	Contratação de seguro de vida e acidentes pessoais para adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Instituição, bem como assistência funeral para os empregados e auxílio funeral para as crianças.

3. DO RELATÓRIO

3.1. Do Regime Regente:

Lei 14.133/2021 e legislação correlata.

3.2. Da legislação especial para contratação do objeto:

- ☐ Não foi localizado nos estudos, nenhum normativo específico referente ao objeto estudado.
- ☒ Foram localizados os seguintes normativos acerca do objeto estudado, e estes estão sendo considerados no presente estudo: Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e NORMAS DA SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

3.3. Das contratações anteriores:

- ☐ O presente objeto não foi adquirido nos últimos **02** exercícios, não constando em nossos arquivos licitação anterior para subsidiar os estudos.
- ☒ O objeto foi adquirido anteriormente através do Processo de Compra nº 1026/2019, sem nenhuma observação pontual sobre a execução do contrato, servindo o quantitativo e o valor da contratação de subsídio para o presente estudo.
- ☐ O objeto foi adquirido anteriormente através do Processo de Compra nº _____, constando observações pontuais e recomendações da fiscalização sobre a execução do contrato, apontando parâmetros quantitativos e valores como forma de subsídio para o presente estudo, conforme abaixo:

_____.

3.4. Da Intenção de Registro de Preços:

- ☐ Há intenção da área técnica no sentido de fazer Registro de Preços para o objeto deste ETP.
- ☒ NÃO há intenção da área técnica no sentido de fazer Registro de Preços para o objeto deste ETP.

3.5. Das Demais Justificativas Pertinentes: não há.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE/JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, I, Lei 14.133/21)

A contratação de seguro de vida faz parte da valorização das crianças, adolescentes, aprendizes, empregados ou outros atendidos da Fundhas, de modo a garantir que os seus beneficiários/familiares não fiquem desamparados no caso de ocorrência de eventuais sinistros, garantindo-lhes a tranquilidade necessária para a execução de suas atividades.

5. DO ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 18, § 1º, II, Lei 14.133/21)

- ☐ O objeto estudado encontra-se alinhado com o Plano de Contratação Anual.
- ☒ O objeto estudado não está previsto no Plano de Contratação Anual em razão do instrumento encontrar-se em processo de estudos e implantação na Fundhas, contudo está em consonância com o planejamento orçamentário do município, conforme informado pela DFO/DAF.

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, III, Lei 14.133/21)

6.1. O presente estudo registra os principais requisitos para a contratação, conforme abaixo:

6.1.1 Prazo de entrega/execução: imediata.

6.1.2. Local(is) e horário(s) da entrega: Setor de Almoxarifado, na Sede da Fundhas.

6.1.3. Condições do recebimento: não há.

6.1.4. Prazo e forma de garantia: contratual.

6.1.5. Prazo para substituição/correção: Prestar os esclarecimentos e resoluções que forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo de imediato as reclamações, sugestões ou solicitações ou até 2 dias úteis a contar da data/hora da solicitação, se necessário;

6.1.6. Prazo de vigência da contratação: O prazo de vigência da autorização de fornecimento será de 12 (doze) meses, a contar de sua emissão.

6.1.7. Treinamento de pessoal/apresentação de catálogo/exigência de amostras: não há.

6.1.8. Índice de reajuste adotado para contratação e indicação do período para o reajustamento: por oportunidade de eventual prorrogação do prazo contratual, poderá a CONTRATANTE conceder reajuste no preço à CONTRATADA, segundo inflação apurada pelo índice IGPM-FGV (Índice Geral de Preços do Mercado), ou outro valor menor de comum acordo entre as partes, para continuidade da prestação dos serviços.

6.1.9. Indicação ou vedação de marcas ou modelos específicos ou como referência: não há.

6.1.10. Demais requisitos necessários à contratação:

Trata-se de serviços continuados, sem fornecimento de mão de obra, a serem executados ordinariamente de acordo com a necessidade da Fundhas, devendo obedecer às normas da SUSEP e contratual.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

DA COBERTURA DO SEGURO E DO VALOR

- Empregados - O capital será limitado a 20 (vinte) ou 40 (quarenta) vezes o salário.

Seguro de Vida / Invalidez:

- Morte natural: 20 (vinte) vezes a remuneração;
- Morte acidental: adicional de 20 (vinte) vezes, totalizando 40 (quarenta) vezes a remuneração;
- Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente: adicional de 20 (vinte) vezes, totalizando 40 (quarenta) vezes a remuneração;
- Invalidez Funcional Permanente Total por Doença: 20 (vinte) vezes a remuneração.

Assistência Funeral para os empregados - Valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

- Criança, adolescentes, aprendizes ou outros atendidos geral

Indenização para adolescentes - idade igual ou maior de 14 (quatorze) anos:

- Morte natural: Valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- Morte acidental: Valor R\$ 6.000,00 (seis mil reais);
- Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente: Valor R\$ 6.000,00 (seis mil reais);
- Invalidez Funcional Permanente Total por Doença: Valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Auxílio Funeral para as crianças - idade igual ou menor de 13 (treze) anos: no valor de 3.000,00 (três mil reais).

Após pesquisas, verificamos que o valor da cobertura do seguro é plausível para as despesas com funeral e como ajuda de custo aos beneficiários.

DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Assistência funeral - Empregados

Os serviços compreendidos à Assistência Funeral, será realizado conforme às normas vigentes sobre a temática, estimado no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), tais como: urna, coroas de flores, ornamentação do caixão e preparação da sala do velório, preparação do corpo (vestir) etc, assim como definição do local do velório, cemitério e horário para sepultamento, e ainda traslado terrestre num raio de até 100 km, sepultamento, com a remoção e higienização do corpo, na residência, IML ou hospital, e também a orientação sobre o serviço de cartório e esclarecimento de dúvidas aos beneficiário(s)/familiar(es).

As famílias deverão comunicar o falecimento do segurado/empregado à CONTRATADA após efetuar o registro de óbito que não deverá exceder o período de 24 (vinte e quatro) horas após o horário de falecimento para que este realize o contato com o Serviço Funerário. O comunicado com a CONTRATADA, não isenta o declarante de comparecer à Funerária.

Não haverá reembolso, caso os beneficiários/familiares do empregado arquem com os custos do funeral e não utilizem os serviços disponibilizados pela Assistência Funeral.

A CONTRATADA deverá manter em seu sítio eletrônico a lista atualizada dos prestadores de serviço de sua rede referenciada por plano de seguro e dar ciência aos segurados em caso de alteração significativa da rede referenciada, inclusive com impacto na abrangência geográfica.

No caso de impossibilidade de prestação de serviço devido à abrangência geográfica para o serviço, o prestador deverá ressarcir o beneficiário do Segurado em até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos prováveis gastos com o funeral, que deverão ser devidamente comprovados, não havendo necessidade de ser em nome do beneficiário, desde que contenha o nome do Segurado nos documentos comprobatórios apresentados.

Para a Assistência Funeral o(s) beneficiário(s)/familiar(es) deverá(ão) enviar os documentos abaixo para a CONTRATADA, via e-mail, escaneados ou conforme definido entre CONTRATANTE E A CONTRATADA:

- A. Certidão de Óbito;
- B. Documento de identidade do segurado;
- C. Documento de identidade do beneficiário/familiar.

Para o Auxílio Funeral – Crianças (idade igual ou menor de 13 anos) o(s) familiar(es)/responsável(is) deverá(ão) enviar os documentos abaixo para a Divisão de Recursos Humanos, via email, escaneados:

- A. Certidão de Óbito;
- B. Documento de identidade do familiar/responsável;
- C. Conta corrente.

O pagamento do Auxílio Funeral será efetuado, em parcela única, em conta corrente, indicada pelo familiar/responsável.

REGIME DE CONTRATAÇÃO

O seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, objeto do presente termo, será contratado sob o regime de contratação coletiva empresarial, sob responsabilidade da Estipulante (Fundhas).

A adesão será compulsória para as crianças, adolescentes e atendidos geral e facultativa para os empregados da Fundhas, por meio de proposta de adesão, cujo índice atual de adesão é de 76,64% (setenta e seis por cento e sessenta e quatro).

O custeio do seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, para os empregados e adolescentes aprendizes será na modalidade de custeio contributivo, no valor de 80% (oitenta por cento) pelos empregados e aprendizes e 20% (vinte por cento) pela Fundhas, e não contributivo para as crianças, adolescentes e atendidos geral, ou seja, o prêmio do seguro será pago neste último caso integralmente pelo Estipulante (Fundhas).

O segurado principal (empregado) poderá a qualquer tempo definir livremente os seus beneficiários, por escrito, através de preenchimento da proposta de adesão ou outro meio definido entre as partes;

Quando o segurado principal não indicar os beneficiários, a indenização será paga em conformidade com a legislação vigente à data do evento.

Deve constar da apólice que não haverá prazo de carência para pagamento das indenizações.

CAPITAL SEGURADO

O capital segurado individual poderá ser reajustado mediante solicitação do Estipulante (Fundhas).

CARÊNCIA, EXAMES MÉDICOS E/OU DECLARAÇÃO DE SAÚDE

Não haverá prazo de carência, nem realização de exames médicos e/ou preenchimento de declaração de saúde, sob nenhuma forma, para a inclusão de segurados no plano de seguro contratado, assim como durante a vigência da apólice e do contrato.

A seguradora contratada aceitará, sem restrições, todos os segurados da apólice atualmente em vigor, acatando as transferências da apólice anterior para a que está sendo contratada.

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA: APÓLICE E CERTIFICADOS

A seguradora contratada deverá emitir a Apólice de Seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, a qual deverá constar os dados do estipulante e dos segurados, coberturas, valores contratados (capitais segurados), prazo de vigência e condições gerais.

A seguradora contratada fornecerá, podendo ser via online, ainda a cada segurado e ao estipulante um Certificado Individual no início de cada seguro e em cada uma das renovações subsequentes, contendo o número da apólice, os nomes do Estipulante e do

segurado, as datas de início e término de vigência da cobertura e os capitais segurados relativos a cada cobertura contratada, quando solicitado pelo CONTRATANTE.

A apólice e os certificados individuais de seguros deverão estar disponíveis eletronicamente aos usuários, via login e senha, bem como o contato dos serviços funerários, no caso de empregados, para informar falecimento, 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias da semana, incluindo finais de semana e feriados.

SINISTRO (SEGURO DE VIDA)

Na ocorrência de sinistro, a Fundhas deverá avisar imediatamente à seguradora, após o recebimento da certidão de óbito. A Seguradora deverá enviar a lista de documentos à Fundhas que encaminhará ao beneficiário e/ou responsável para preencher o formulário de aviso de sinistro e apresentar a documentação solicitada, conforme definida nas condições gerais do seguro.

O prazo para liquidação dos sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, para todas as coberturas, contados a partir da entrega da documentação exigida, e deverá ser pago em parcela única.

O pagamento das indenizações e auxílio funeral ocorrerá no banco informado pelo beneficiário ou responsável.

A falta de pagamento da indenização no prazo previsto implicará na aplicação de juros de mora a partir desta data, sem prejuízo de sua atualização, além da aplicação das sanções administrativas estipulados no contrato.

Se a indenização for por invalidez parcial dos empregados, será permitida a continuidade do seguro, podendo cobrar a diferença de prêmio cabível, deduzindo do valor a ser indenizado.

Se a indenização for por invalidez total, o segurado deixará de fazer parte do grupo de segurados ou conforme legislação vigente. Se o motivo da indenização foi acidental, será pago de acordo com o grau de invalidez.

DISTRIBUIÇÃO DE EXCEDENTE TÉCNICO

Fica estabelecido as condições de distribuição dos resultados técnicos da apólice ao estipulante e/ou segurados do grupo.

A distribuição do excedente técnico deve ser realizada após o término de vigência anual da apólice, depois de pagas todas as faturas do período e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da última quitação, vedado qualquer adiantamento a título de resultados técnicos.

As apurações do resultado técnico serão atualizadas monetariamente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, desde o término de vigência anual da apólice até a data de distribuição do excedente técnico, destinando-se aos segurados e/ou estipulante um percentual do resultado apurado, não cabendo qualquer adiantamento neste período.

Serão distribuídos aos segurados e à Fundhas, na proporção de suas respectivas contribuições, após o aniversário da apólice, 50% (cinquenta por cento) dos resultados técnicos de acordo com as normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, considerando-se o percentual de 20% (vinte por cento) para efeito das despesas administrativas.

A importância destinada aos segurados será entregue ao estipulante, contra recibo e mediante depósito bancário na conta do estipulante ou pagamento de cheque nominativo de emissão da seguradora, que efetuará o repasse do resultado aos segurados, proporcionalmente ao custeio do seguro.

CONTRATADA deverá enviar a apuração anual do excedente técnico, no mês seguinte ao completar os 12 meses, quando o resultado for superavitário, o relatório com os valores para a CONTRATANTE efetuar a distribuição da participação dos empregados; bem como

se for deficitário, enviar um relatório com a explicação dos cálculos, comprovando assim o não pagamento do excedente técnico.

DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente em até 15 (quinze) dias, após a atestação do documento fiscal por parte da fiscalização dos serviços.

A Fundhas não realiza operações de crédito, câmbio e seguro.

O pagamento observará sempre o número de vidas cobertas para cada mês de vigência do contrato, com direito a inclusões/exclusões.

A vigência de novas inclusões podem ocorrer dentro do mês vigente, com emissão da fatura de pagamento para o mês seguinte.

Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente a entrega da relação atualizada, contendo os dados dos segurados (incluídos e excluídos), que será fornecida mensalmente pela CONTRATADA.

O pagamento da fatura deverá ocorrer através de transferência bancária, não será aceito pagamento por boleto.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A qualificação técnica será comprovada mediante:

- A. prova de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro, e que está legalmente autorizada a operar no mercado no ramo de seguro de vida em grupo e/ou acidentes pessoais coletivos.

CONDIÇÕES GERAIS

São de inteira responsabilidade da seguradora contratada todas as despesas com a implantação do plano, tais como: criação de cadastro, confecção de impressos, fornecimento de apólices e certificados etc. por meio físico ou remoto.

As condições contratuais deverão apresentar glossário, em linguagem clara e de fácil entendimento, com a definição dos termos técnicos e estrangeirismos utilizados.

As condições contratuais deverão dispor de forma clara e objetiva sobre a caracterização dos eventos cobertos, sendo vedado o estabelecimento de requisitos de caracterização que, na prática, não possam ser satisfeitos.

As coberturas contratadas vigorarão imediatamente após a assinatura do contrato, devendo a seguradora arcar com todos os sinistros ocorridos a partir desta data, exceto no caso de suicídio que terá 2 (dois) anos de carência, conforme Código Civil.

Para os segurados inscritos após o início de vigência do contrato, a cobertura terá início a partir de zero hora do dia de admissão destes no serviço contratado.

Os beneficiários do seguro serão aqueles indicados por cada segurado. Na falta de indicação, a indenização será paga de acordo com a legislação vigente.

Os beneficiários do seguro podem ser alterados a qualquer tempo pelo segurado empregado, mediante formulário próprio da seguradora, por intermédio do Estipulante.

As alterações, exclusões e novas inclusões de segurados serão enviadas pela Fundhas por meio de planilha, conforme layout próprio da seguradora contratada ou, na falta deste, por simples comunicação da Fundhas com as informações necessárias para identificação do segurado, via email.

O prêmio e a indenização do Professor horista e o(a) Supervisor(a) de Estágio de Enfermagem, após a atribuição de aulas, permanecerem em manutenção de vínculo, ou seja, apenas com uma aula atribuída ou sem aula atribuída, serão calculados sobre a média da carga horária dos 12 (doze) meses antecedentes à manutenção do vínculo e/ou quando não tiverem aulas atribuídas.

As informações relativas ao plano de seguro contratado poderão ser fornecidas através de meio magnético ou outro meio, na conveniência das partes, com os dados indicados pela seguradora.

A seguradora contratada deverá informar à Fundhas sobre a finalização de todos os sinistros, bem como o valor da indenização, inclusive aqueles solicitados diretamente pelo Segurado.

O prazo para a entrega dos movimentos encerrar-se-á no 15 (décimo quinto) dia do mês subsequente à competência apurada. A contratante enviará à CONTRATADA um relatório (inclusão e exclusão) por meio eletrônico (planilha) com dados necessários para geração de uma prévia do faturamento, que deverá ser enviado pela CONTRATADA em até 3 (três) dias úteis à CONTRATANTE. Após conferência da movimentação e aprovação dos valores enviados na prévia pela contratante, a contratada providenciará a emissão da fatura.

É vedada a inclusão no custo do segurado de despesas de corretagem, agenciamento ou pró-labore.

A CONTRATADA deverá incluir todos os impostos incidentes no preço final do serviço, conforme legislação vigente.

7. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (ART. 18, § 1º, V, Lei 14.133/21)

7.1. Do levantamento das soluções existentes no mercado

A partir dos estudos técnicos, não se identificou outra solução no mercado para atendimento da necessidade.

7.2. Da Solução escolhida

Após o estudo das soluções acima, entende-se que a melhor solução para a presente demanda será: Contratação de empresa seguradora para prestação dos serviços.

8. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (ART. 18, §1º, VII, Lei 14.133/21)

8.1. Das exigências com relação à manutenção e assistência técnica

- ☒ O objeto estudado não requer manutenção, instalação ou assistência técnica.
- ☐ Conforme mencionado no item 12, o objeto em estudo requer manutenção, instalação ou assistência técnica ou outras, observadas as seguintes exigências:

9. DA ESTIMATIVA DA QUANTIDADE PARA A CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, IV, Lei 14.133/21)

Conforme mencionado no item 3.3, verificamos que:

- ☒ **houve**
- ☐ **não houve**

contratação anterior do objeto para nortear o planejamento da quantidade a ser adquirida. A partir do quantitativo solicitado e eventos que possam impactar na demanda futura, a quantidade para atender a necessidade estão informadas na relação de serviços e cronograma de execução, constantes neste estudo, conforme abaixo (ou anexo - juntar memória de cálculo):

GRUPO SEGURÁVEL

Para fins do objeto deste documento, o grupo segurável é composto de 6.678 (seis mil, seiscentos e setenta e oito) vidas no total, sendo 4.878 (quatro mil, oitocentos e setenta e oito) vidas, entre crianças, adolescentes e empregados da Fundhas ativos, mais 1.800 (um mil e oitocentas) vidas previstas, e servirá de base para o cálculo do valor do prêmio mensal unitário que deverá constar da proposta. As novas adesões a partir do novo contrato terão como limite a idade de 70 (setenta) anos, mantendo os atuais segurados que têm mais de 70 (setenta) anos de idade.

O número de vidas estipuladas no parágrafo acima tem como referência o mês de julho de 2023 e previsões atuais, e ainda poderá sofrer variações durante a vigência do contrato, para mais ou para menos, devido às adesões, contratações e desligamentos que podem ocorrer a qualquer momento.

A quantidade de vidas informadas no quadro demonstrado abaixo está contemplando também os afastados e os aposentados por invalidez.

O quadro de pessoal, demonstrado abaixo possui 05 (cinco) trabalhadores distribuídos em função de risco, que faz jus à periculosidade, sendo que atualmente são: coordenador da área de elétrica, eletricista e o auxiliar de manutenção que atua diretamente na área de elétrica.

O número de vidas segurável encontra-se demonstrado abaixo:

Item	Cód Item do sistema	Objeto/Descrição técnica	Un. de medida	Quantidade a adquirir
1		Seguro de Vida e Assistência funeral - Funcionários	SV	578
2		Seguro de Vida (maiores de 14 anos)	Sv	2274
3		Auxílio Funeral (menores de 14 anos)	Sv	2026
4		Previsão de novos atendidos maiores de 14 anos - Seguro de Vida	Sv	1300
5		Previsão de novos atendidos menores de 14 anos - Auxílio Funeral	Sv	500

10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, VI, Lei 14.133/21)

10.1. Para a obtenção do valor previamente estimado em processo licitatório são utilizados os parâmetros definidos no art. 23 da Lei 14.133/21, como forma de subsidiar a decisão da autoridade demandante quanto à autorização ou não da contratação (considerando que a viabilidade pode ser alterada ou negada em relação ao pedido constante da SD).

10.2. A pesquisa deve ser finalizada e os valores praticados no mercado, confirmados em momento subsequente, pelo responsável legal.

Parâmetros utilizados (documentos em anexo):

- ☐ Portal Nacional de Contratações Públicas – **PNCP**;
- ☐ Contratações similares feitas pela Administração Pública, inclusive contratações próprias podendo ser também mediante sistema de registro de preços;
- ☐ Dados de pesquisa publicada em **mídia especializada** ou de **tabela de referência** formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal; (*Ex. Tabela Fipe, CMED, SINAP, ou outras tabelas oficiais.*)
- ☐ Sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- ☒ Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) **fornecedores**, mediante solicitação formal de cotação;

- ☐ Pesquisa através de notas fiscais eletrônicas emitidas em características similares;
- ☐ Outros:

10.3. A partir do quantitativo estudado em atendimento à Diretoria demandante e aos parâmetros obtidos através das pesquisas de mercado realizadas no presente estudo, que intentaram o valor mais próximo possível do praticado no mercado, segue estimativa do valor da contratação conforme documentos anexos e exposto na tabela abaixo:

Item	Cód Item do sistema	Objeto/Descrição	Un. De Medida	Valor Unitário	Qtde	Metodologia (média/mediana) menor preço/outra)
1		Seguro de Vida e Assistência funeral - Funcionários	SV	545.822,52	01	Menor preço
2		Seguro de Vida (maiores de 14 anos)	Sv	16.123,44	01	Menor preço
3		Auxílio Funeral (menores de 14 anos)	Sv	12.720,01	01	Menor preço
4		Previsão de novos atendidos maiores de 14 anos - Seguro de Vida	Sv	9.217,44	01	Menor preço
5		Previsão de novos atendidos menores de 14 anos - Auxílio Funeral	Sv	3.139,19	01	Menor preço

O valor total estimado da contratação é de R\$ 587.022,60 (quinhentos e oitenta e sete mil, vinte e dois reais e sessenta centavos).

11. DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (ART. 18, § 1º, VIII, Lei 14.133/21)

- ☐ A contratação do objeto estudado se dará de forma: dividida em vários ☐ itens **ou** ☐ lotes, por se mostrar tecnicamente e economicamente viável, além de permitir um número maior de interessados na participação da disputa, aumentando a competitividade e a viabilização de melhores propostas.
- ☒ A contratação do objeto não será parcelada por item/lotes, considerando prejuízos para a Administração em relação ao conjunto e a perda de economia de escala, além do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e facilitação do plano de fiscalização.

12. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART. 18, §1º, XI, Lei 14.133/21)

- ☒ Para a solução indicada não identificamos contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou dependente de contratação futura.
 - ☐ Para a solução indicada exige-se contratação correlata para viabilizar sua manutenção, assistência técnica ou instalação, que deverá ocorrer através de contratação em andamento (ou a ser formalizada), nos termos abaixo descritos:
-

13. DO DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (ART. 18, §1º, IX, Lei 14.133/21)

- ☒ O objeto estudado, nos termos propostos e justificados no presente relatório, apresentam melhor economia e aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros ora disponíveis, e suficientes para o atendimento da necessidade da Administração sem especificidades, sendo possível medir os resultados e consecução dos objetivos, pela simples realização do objeto nos termos pactuados.
- ☐ O objeto estudado, nos termos propostos e justificados no presente relatório, apresentam melhor economia e aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros ora disponíveis, e suficientes para o atendimento da necessidade da Administração, sendo necessário medir os resultados e consecução dos objetivos, pela verificação das especificidades abaixo descritas:
_____. Sendo assim, com a obtenção do resultado pretendido pela Administração, deve ser verificado o alcance dos objetivos propostos no relatório de consecução dos objetivos, elaborado ao final da contratação.

14. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO TODO (ART. 18, §1º, X, Lei 14.133/21)

- ☒ A operacionalização da contratação do objeto estudado não requer adequações no ambiente do órgão, bem como não será necessária capacitação dos servidores ou de empregados para atuação no processo de gestão e fiscalização contratual, de acordo com as especificações apresentadas.
- ☐ Para operacionalização da contratação do objeto será necessária a capacitação da equipe de fiscalização (gestor/fiscais) previamente à celebração do contrato para a realização das atribuições técnicas e pertinentes à execução do termo contratual, conforme documento anexo.
- ☐ A operacionalização da contratação do objeto estudado requer as alterações e adequações abaixo descritas no ambiente do órgão:

15. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (ART. 18, §1º, XII, Lei 14.133/21)

- ☒ A presente contratação não representa riscos de impactos ambientais.
- ☐ Para a presente contratação, verifica-se o impacto ambiental abaixo relatado, sendo sugeridas as ações destacadas a seguir com intuito de combater/minimizar os efeitos causadores:

16. DO GERENCIAMENTO DE RISCOS E DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

- ☒ Os riscos ordinários, comuns a toda contratação, a exemplo da possibilidade de entrega do objeto fora das especificações técnicas pertinentes ou fora do prazo, ou do recebimento de produtos perto da validade encerrar, não serão pontuados na presente análise de riscos, porquanto se encontram previstos no plano básico de fiscalização e a equipe não identificou outros riscos que mereçam ser pontuados.
- ☐ O presente estudo identificou os riscos abaixo relacionados, cujas ações mitigadoras sugeridas, se de atribuição dos fiscais, devem ser acrescidas às previstas no plano de fiscalização:

RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS MITIGADORAS (AÇÕES PARA OBSERVÂNCIA DOS fiscais/agente de contratação, etc)

16.1. Da Matriz de Alocação de Riscos

- ☒ Não sendo o caso de obrigatoriedade, os estudos realizados **não** identificaram a necessidade de que o Edital e o contrato prevejam matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.
- ☐ Mesmo não sendo o caso de obrigatoriedade, os estudos realizados identificaram a **necessidade** de que o Edital e o contrato prevejam matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, conforme abaixo:
- _____.
- ☐ Por se tratar de obrigatória formalização da matriz de riscos, segue abaixo a sugestão para os seus termos que devem OBRIGATORIAMENTE constar do Edital e contrato da presente contratação de forma que haja alocação de riscos entre o contratante e o contratado, nos termos do artigo 22 da Lei 14.133/2021, conforme abaixo: _____.

16.2. Do Plano Básico de Fiscalização

16.2.1. A equipe de fiscalização designada deverá obrigatoriamente atender ao Plano Básico de Fiscalização, publicado no sítio eletrônico da Fundhas e anexo ao presente instrumento para fins de publicação.

17. DA DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, §1º, XIII, Lei 14.133/21)

- ☒ Devido à necessidade do objeto pretendido neste estudo e após análise das informações apresentadas pelo Setor demandante, consideramos **VIÁVEL** a contratação, **seguindo as orientações técnicas contidas neste estudo.**

- ☐ Devido à necessidade do objeto pretendido neste estudo e após análise das informações apresentadas pela Secretaria demandante, consideramos **INVIÁVEL** a contratação, **seguindo as orientações técnicas contidas neste estudo**.
- ☐ Conforme apontamentos, a partir do presente estudo a equipe sugere as seguintes adequações, para **alteração da viabilidade**, conforme abaixo descrito: _____.

18. DA EQUIPE TÉCNICA

O Estudo Técnico foi elaborado pela seguinte equipe abaixo subscrita:
São José do Campos, 24 de janeiro de 2024.

AGNYLZE MÁRCIA MAIA
Agente público responsável

LUCIANA MAYUMI TORAIWA
Agente público responsável

JOSE CARLOS RODRIGUES DE MOURA JUNIOR
Chefe/Diretor responsável